



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**EDER CARLOS CARDOSO DINIZ**

**SINDICALISMO, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Rondonópolis

2014

EDER CARLOS CARDOSO DINIZ

**SINDICALISMO, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, na Linha de Pesquisa Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone  
Albuquerque da Rocha.

Rondonópolis

2014

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

C268s Diniz, Eder Carlos Cardoso.  
SINDICALISMO, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA DO  
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA / Eder Carlos  
Cardoso Diniz. -- 2014  
109 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Simone Albuquerque da Rocha.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Rondonópolis, 2014.  
Inclui bibliografia.

1. Formação docente. 2. Sindicalismo. 3. SINTEP/MT. 4.  
Identidade política. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Rod. Rondonópolis – Guiratinga, km 06 MT-270 – Campus Universitário de Rondonópolis  
Tel: (66) 3410-4035 – Email: ppgedu@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "SINDICALISMO, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA"**

AUTOR: Mestrando Eder Carlos Cardoso Diniz

Dissertação defendida e aprovada em 21/03/2014.

Composição da Banca Examinadora:

---

Presidente Banca / Orientador      Doutor (a)      Simone Albuquerque da Rocha  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno      Doutor (a)      Ademar de Lima Carvalho  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno      Doutor (a)      João Antônio Cabral de Monlevade  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo      Pós-Doutor (a)      Márcia Ondina Vieira Ferreira  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Examinador Suplente      Doutor (a)      Lindalva Maria Novaes Garske  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 21/03/2014.

## *A Necessidade do Sindicato*

*Mas quem é o sindicato?*

*Ele fica sentado em sua casa com o telefone?*

*Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?*

*Quem é ele?*

*Você, eu, vocês, nós todos.*

*Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com a sua cabeça.*

*Onde more é a casa dele, e quando você é atacado, ele luta.*

*Mostre-nos o caminho que devemos seguir e, nós seguiremos com você.*

*Mas não siga sem nós o caminho correto.*

*Ele é sem nós o mais errado.*

*Não se afaste de nós.*

*Podemos errar e você ter razão, portanto não se afaste de nós!*

*Que o caminho curto é melhor do que o longo, ninguém nega.*

*Mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós,*

*de que serve a sua sabedoria?*

*Seja sábio conosco!*

*Não se afaste de nós!*

***Bertold Brecht***

## AGRADECIMENTOS

*Uma trajetória não se faz sozinho. Muitas pessoas me acompanharam e acompanham na luta e na caminhada. Algumas vieram e ficaram; outras, já partiram ou partirão. Devo continuar a caminhada, não me esquecendo de que os erros são de minha única e irrestrita responsabilidade.*

*À minha família, que é o ponto de equilíbrio para mim. Meus pais, Emiliano e Carmen. Ao meu irmão Vagner, pelas horas de companhia no tereré e nos almoços e jantares. Agradecimento também a minha cunhada Suely e ao meu sobrinho Felipe, com as preocupações com o tio Eder. À minha irmã Aparecida Lessandra,, a Beatriz e agora ao Carlos Alexandre, que, mesmo distantes, estiveram presentes com o apoio incondicional. Ao meu irmão Alexandre, que também acompanhou a minha trajetória.*

*À minha orientadora, Professora Doutora Simone Albuquerque da Rocha, que me acompanhou e acompanha há algum tempo. Quero que saiba que devo minha trajetória intelectual a você. Você tem sido minha direção há muito tempo. Obrigado pela acolhida como orientadora que soube me conduzir e apontar-me os caminhos da pesquisa. Agradeço pelas críticas, observações, dedicação e todas as oportunidades que me proporcionou.*

*Aos Professores do PPGEdU/UFMT/Rondonópolis, em especial ao Professor Ademar de Lima Carvalho, por seu suporte teórico e observações pertinentes, além de me ter ensinado, por meio da sua capacidade intelectual e orgânica, e pelo apoio e comentários sobre a história do SINTEP/MT.*

*À CAPES/REUNI, pela bolsa de estudos.*

*À Professora Márcia Ondina Vieira Ferreira, pelas contribuições e sugestões durante o processo de qualificação.*

*Ao professor João Monlevade, pelos brilhantes subsídios históricos, sugestões de análise e leitura sobre o movimento sindical docente em Mato Grosso; sua trajetória no sindicato tem servido de candeeiro para muitos pesquisadores, sendo referência nacional e modelo de educador engajado na luta e na pesquisa.*

*À Anabel, pelo profissionalismo, ajuda e apoio dentro do PPGEdU/UFMT/Rondonópolis.*

*Às colegas do grupo Investigação, Suely Maria Pires e Mendes Solange, pelo suporte dado, pelas palavras amigas, pelo apoio necessário. Às ex-colegas de grupo, Vilma Rampazo, Solange Dourado e Rosana Martins. A esta última, o meu muito obrigado pela ajuda e auxílio antes mesmo de entrar no PPGEduc, pois em nenhum momento se negou a subsidiar-me com materiais, com incentivos para que eu tentasse a seleção e, mesmo depois, sempre se mostrou muito solícita e amiga.*

*Aos colegas de PPGEduc/UFMT/Rondonópolis, que sempre foram motivos de desafios, de conversas amigáveis e debates acalorados, em especial a minha colega e agora amiga Terezinha Ávila e a Laudinéa de Souza Rodrigues, pelas observações salutares nas disciplinas Aportes I e II.*

*Aos meus ex-professores do departamento de História, em especial ao Prof. Plínio José Feix, pelas indicações de leituras pertinentes e aos convites para seus seminários. Ao Professor Paulo Isaac, pela contribuição em relação às idas ao SINTEP/MT em Cuiabá e por ter-me proporcionado o contato com o Prof. Carlos Abicalil.*

*Aos colegas e companheiros do SINTEP/MT e a todos os sujeitos que se dispuseram a ceder parte do seu tempo e a contribuir para a minha pesquisa. Cabe aqui um agradecimento especial ao companheiro e amigo João Eudes, em quem me inspiro, uma vez que este tem se posicionado como um líder sindical comprometido com a educação pública de qualidade.*

*A todos os meus sujeitos da pesquisa: Prof. Elismar Bezerra, Prof. João Monlevade, Prof. Carlos Abicalil, Prof. João Eudes da Anunciação, Prof<sup>a</sup>. Ilma Machado, Prof. Eduardo Santana e Prof. Juanil Barros, meu muito obrigado; por meio de vocês eu aprendi muito, pois, além de contribuírem para a minha pesquisa, contribuíram, e muito, para meu crescimento profissional, acadêmico e sindical. Vocês são imprescindíveis para a educação pública em Mato Grosso e no Brasil.*

*Agradeço a todos aqueles que, em algum momento, partilharam das minhas angústias, minhas insônias, meus desesperos, minhas alegrias e, agora, da minha vitória. Vocês também estão representados neste trabalho. Meu muito obrigado!*

*À eterna Mirian Vargas Machado Diniz (in memoriam).*

## RESUMO

Cada vez mais as pesquisas na área da educação e formação do professor têm se preocupado em investigar, sob diversas perspectivas, a formação sindical e política do professor. A pesquisa tem como objetivo averiguar qual o papel do sindicato na formação política do sindicalista professor, que atua na escola pública e como esse professor percebe seu envolvimento e compromisso junto às questões políticas que envolvem a formação. Ancorada na abordagem qualitativa, a análise adota, como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, as observações participantes, cadernos de formação, documentos quantitativos do sindicato, entrevistas narrativas junto aos principais líderes sindicais e aos professores sindicalizados que atuam em sala de aula. Por meio de registros de observação participante e da análise documental, a investigação apoiou-se na leitura dos registros, nos dados na legislação e na história do SINTEP/MT. As questões que fomentaram a pesquisa foram: Como a formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública? Quais as suas influências nas práticas dos sindicalistas professores junto ao coletivo da escola? A formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública em Mato Grosso? Ficou evidente na presente pesquisa que, desde sua fundação, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT – preocupou-se com a formação política e sindical de seus filiados. Essa preocupação consubstanciou-se numa política de formação modelo no país, devido ao programa adotado e ao material produzido, sendo este, atualmente, de uso nacional, constituindo-se nos cadernos de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Nesse cenário de programa e produção de material, percebeu-se, no interior do SINTEP/MT, que a participação dos sindicalistas faz a diferença quando integrados ao ambiente da escola, pois é perceptível a atuação dos sindicalizados na luta por melhores condições de educação e intervenção em defesa da melhoria da educação pública em Mato Grosso.

Palavras-chave: Formação docente. Sindicalismo. SINTEP/MT. Identidade Política.



## ABSTRACT

There are more and more research in the teacher's education area and vocational training has been concerned investigating under assorted perspectives mainly in Union training and teacher's policy. The present research has the objective of explore what role the Union on political formation of trade unionist, teacher who acts in public school and how this teacher realizes his involvement and commitment by the political issues relating with the formation. Anchored in the qualitative approach the research adopts as data collection instruments the bibliographic survey, participating observations, analysis in the notebooks' formation of SINTEP/MT and Union's quantitative documents. Also have interviews with the main narratives Union leaders and teachers who work in the classroom and are unionized. Through records of participant observation, document analysis and supported research on the reading of records based on facts and law in the history of SINTEP/MT. The issues which fostered the research were: How the political formation of unions has contributed with the establishment of the teacher's instructor trade unionist identity in public school? What are their influences in the practices of teacher trade unionists by the collective of school? Has the political and trade union training is contributed to the establishment of the teacher's instructor trade unionist identity in public school of Mato Grosso? In this research was evident that since of foundation of the Public Education Workers' Union of Mato Grosso – SINTEP/MT was concerned about the political and trade union training and your affiliates. It results in a development of a policy's training model in the country due adopted program and material produced that have being currently uses in the national notebooks of formation of the National Confederation of Workers in Education – CNTE. In this scenario the program and the material production was realized within the SINTEP that the unionists ' participation makes a difference when integrated into the school environment because it is noticeable the action of unionized in the struggle for better conditions for education and intervention in defense of public education improvement in Mato Grosso.

Keywords: Teacher's Education. Trade Unionism. SINTEP/MT. Political Identity.

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1** - Teses, dissertações e artigos sobre sindicalismo docente e identidade docente no período de 2001 a 2011.

**Gráfico 2** - Distribuição regional das produções – Dissertações e teses no período de 2001 a 2011.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Fascículo1- Formação de Dirigentes Sindicais - CNTE

**Figura 2:** Programa de Formação SINTEP/MT

**Figura 3:** Fascículo 4 - Formação de Dirigentes Sindicais - CNTE

**Figura 4:** Programa de Formação SINTEP/MT

**Figura 5:** Formação de Dirigentes Sindicais - CNTE

**Figura 6:** Programa de Formação SINTEP/MT

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADUNEMAT</b>	Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso
<b>ALISC</b>	Associação dos Licenciados de Santa Catarina
<b>AMP</b>	Associação Mato-Grossense dos Professores
<b>AMPP</b>	Associação Mato-Grossense dos Professores Primários
<b>AMPE</b>	Associação Mato-Grossense de Profissionais da Educação
<b>APEOESP</b>	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
<b>APLB</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
<b>ASPORMAT</b>	Associação Sul-Mato-Grossense dos Professores Estaduais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEB's</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CEFAM</b>	Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
<b>CEFAPRO</b>	Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica
<b>CNTE</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
<b>CPB</b>	Confederação de Professores do Brasil
<b>CPERS/SINDICATO</b>	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
<b>CPPB</b>	Confederação de Professores Primários do Brasil
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SEDUC/MT</b>	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
<b>SINTRAE-MT</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Estado de Mato Grosso

<b>SINTRAE-SEMT</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino da Região Sul do Estado de Mato Grosso
<b>SINPRO/Rio</b>	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
<b>SINTEP/MT</b>	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso
<b>SIPROS</b>	Sindicato dos Professores da Região Sul
<b>UTE</b>	União dos Trabalhadores de Minas Gerais
<b>UNATE</b>	União Nacional dos Trabalhadores em Educação
<b>UNEMAT</b>	Universidade do Estado de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>1 EU, O SINDICALISMO E A PESQUISA - UM <i>CONTINUUM</i>.....</b>	<b>15</b>
<b>2 O SINDICALISMO EM PESQUISAS - UM CENÁRIO QUE EU PRECISAVA CONHECER.....</b>	<b>19</b>
<b>3 OS CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>23</b>
3.1 Os instrumentos da pesquisa.....	24
3.2 Os sujeitos da pesquisa e as análises de suas histórias, vivências e contribuições para a constituição da história e identidade política docente no movimento sindical .....	25
<b>4 PROFISSIONALIZAÇÃO, PROFISSIONALISMO, PROFISSIONALIDADE E IDENTIDADE DOCENTE: O SINDICATO POR ENTRE OS MOVIMENTOS POLÍTICOS DE CONSTITUIR-SE PROFESSOR.....</b>	<b>30</b>
4.1 A formação do professor no sindicato.....	40
<b>5 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO SINDICAL E DOCENTE NO BRASIL E EM MATO GROSSO: CAMINHOS E DESCAMINHOS .....</b>	<b>52</b>
5.1 História do movimento sindical e sindicalismo docente: alguns referenciais .....	54
5.2 Movimento Sindical e o Sindicalismo Docente em Mato Grosso: Um caminhar em construção .....	61
5.3 “Para além da sala de aula” *: A presença feminina em sala de aula e sua participação dentro do sindicato.....	67
<b>6 O SINDICALISMO E A FORMAÇÃO POLÍTICA NA VOZ DOS PROFESSORES: ANÁLISES.....</b>	<b>72</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>106</b>

## 1 EU, O SINDICALISMO E A PESQUISA - UM *CONTINUUM*

Eu pensava que nós seguíamos caminhos já feitos,  
Mas parece que não os há.  
O nosso ir faz o caminho.  
*Lewis Carroll*

A relevância desta pesquisa consiste em contribuir com o registro e ordenação da memória histórico-sindical-docente e a formação política dos sindicalistas e sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público em Mato Grosso (SINTEP/MT), bem como o seu tributo para a constituição da identidade docente desses profissionais.

O interesse pela pesquisa tem relação com o envolvimento político-sindical que se iniciou na década de 1990, quando passei a atuar como profissional docente. Desde então, meu fascínio em pesquisar e contribuir para a investigação sobre o referido tema tem sido um *continuum*. Esse constante caminhar teve seu princípio no Ensino Médio, ao participar do grêmio estudantil escolar, período em que fui incentivado a tomar parte das lutas docentes, afinal, eu estava no Ensino Médio - Magistério. Em meio a esses movimentos, a consciência política foi se estruturando, constituindo-se, somada às primeiras eleições para Presidente da República no Brasil, após a abertura política de 1985.

A formação política e sindical tornava-me mais esclarecido e participante dos movimentos, cuja postura de combatividade se intensificou durante os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), período em que “ocorreu uma abertura ao capital internacional, uma privatização intensa de bens e serviços.” (VALE, 2002, p. 128-129). Nesse contexto político, novos atores foram surgindo no cenário nacional. Convém lembrar que, além de novos atores, novos movimentos sociais também emergiram e se fortaleceram. Dentre eles, os sindicatos, com ênfase ao sindicalismo docente que, antes da abertura política de 1985, não se organizavam em corporação, mas em associações. Associações essas que foram o embrião do movimento sindical que despontaria após a Constituição de 1988, que permitiu a criação de sindicatos de servidores públicos, os quais precisaram se adequar, muitas vezes, ao momento histórico e à forma como podiam se organizar dentro do contexto repressor e autoritário da ditadura militar (1964-1985) no Brasil.

Esses profissionais não se calaram diante da exploração, mas saíram em defesa dos seus direitos e de sua dignidade, enquanto profissionais da educação, fazendo greves e manifestações, em prol de uma educação pública de qualidade, da redemocratização do país, dentre outras reivindicações, como melhoria na carreira, nas condições de trabalho, concursos e salários mais dignos. No período da ditadura militar (1964-1985), a desvalorização foi tamanha, que, segundo Gadotti (1996, p. 14), “[...] tal fato fez com que muitos professores passassem a buscar outras profissões mais bem remuneradas. Em certos momentos, o sistema de ensino, por isso, quase entrou em colapso”.

Nesse período, eu estava na faculdade e participei ativamente do Centro Acadêmico de História (CAHIS) período esse em que, juntamente com outros estudantes, lutamos pela implantação do Restaurante Universitário, pela Casa do Estudante, contratação de professores e contra as políticas neoliberais do então presidente Fernando Collor de Melo. Nesse momento, eu já participava das primeiras formações sindicais no SINTEP/MT, organizadas pelos então líderes Prof<sup>a</sup> Aurora Yokomizo e Prof. Antônio Fernandes. Em seguida, ainda como licenciando, assumi uma sala de aula e militei junto ao Sindicato dos Professores das Escolas Particulares - SINPRO-MT - na luta por melhores condições de salário, redução do número de alunos nas salas de aula, dentre outras questões. Quando houve o desmembramento do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Mato Grosso (SINTRAE-MT) e a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Região Sul de Mato Grosso (SINTRA-SEMT), esses fatos me levaram a ser o primeiro presidente empossado do referido sindicato.

Concluída a licenciatura, dediquei-me à docência, passando por experiências em Portugal e outros Estados brasileiros quando, então, decidi retornar às minhas origens em Mato Grosso e dedicar-me ao processo seletivo do mestrado em educação, da UFMT/Campus de Rondonópolis.

Como mestrando, voltei meu projeto para a formação de professores e sindicalismo, trabalho este de grande envergadura, mas de imenso prazer, porque resgato uma história de vida e formação político-sindical.

Enquanto educador que sempre acompanhou o movimento sindical docente, analisei os percalços e desafios presentes nas práticas e discussões sobre a identidade docente, a profissionalização, a política educacional implantada e os debates entre o sindicato e o Estado. Afinal, a prática e o saber docente se dão ao



longo da profissão, pois, conforme Tardif (2008, p. 33): “[...] o saber docente se compõe, na verdade de vários saberes provenientes de diferentes fontes, aquilo que o autor denomina de saberes experienciais”, uma vez que os professores incorporam saberes individuais e coletivos sob a forma de *habitus* de saber-fazer e de saber-ser ou, como afirma Paulo Freire: “Quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (p. 23, 2008).

Dentre as instâncias que colaboraram para a minha formação continuada, o sindicato foi relevante, por possuir uma concepção organizativa que contribui para a constituição docente, por meio de suas discussões que auxiliam, principalmente, na formação política. Nessa perspectiva, o sindicato, além de escola, constitui-se em um local que contribui para a formação e exposição das questões e angústias que afetam os professores. É, também, um espaço de resistência, de embate do grupo, do vislumbre de mudanças sociais, de ação política, de criação e transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Conforme Marcelo (2009), a socialização profissional possibilita, ao professor, maior identificação e ampliação do repertório pedagógico construído com seus pares, no ambiente das relações de trabalho ao longo da carreira docente. Essa socialização pode dar-se em diferentes espaços e em diferentes situações da formação, sendo o sindicato um local de referência para essa socialização. Ali se desenvolvem, além da formação, estudos da legislação, do estatuto da carreira docente, ainda a defesa e proteção dos interesses dos trabalhadores em relação às questões classistas. Isso quer dizer que o sindicato amplia, além da socialização, uma identidade política que, conforme aponta Angela Mascarenhas (2002, p. 16), “lida necessariamente com a esfera da representação, a auto-representação, a representação do mundo e do outro no seio das relações de conflito e de poder, elementos essenciais na construção de uma prática política”.

O movimento sindical deu uma grande contribuição à minha formação política e sindical, ao permitir a participação em discussões, debates, confrontos, oportunizando a constituição da minha identidade docente como sindicalista e educador, envolvido na luta pela melhoria da qualidade da educação pública por melhores condições aos trabalhadores da educação pública.

Tomando por base a contribuição na formação sindical à minha identidade profissional do Magistério, desencadearam-se o desejo e envolvimento com a pesquisa. Organizei a minha dissertação em capítulos, sendo que inicio com a

temática sobre a minha experiência, como fui me fazendo educador e militante dos movimentos sociais e sindicais e a revisão bibliográfica. A seguir, apresento os aspectos metodológicos explorados e os caminhos percorridos, juntamente com a caracterização dos sujeitos da pesquisa. No terceiro capítulo, exponho a parte teórica sobre a profissionalização, profissionalismo, profissionalidade e identidade docente e política e a importância desses conceitos para o movimento sindical. O capítulo seguinte contém um breve histórico sobre o movimento sindical e a formação do sindicalismo operário e docente, intermediado com o movimento sindical docente no Estado de Mato Grosso, abordando a questão da feminização do trabalho docente e sua atuação no movimento sindical. No quinto capítulo, mostro o sindicalismo docente e a formação, sob a perspectiva dos sujeitos entrevistados e faço as análises de suas falas, mediando com o referencial teórico localizado para, finalmente, expor as conclusões encontradas durante o caminhar da pesquisa e as contribuições que a mesma poderá oferecer às investigações sobre o movimento sindical, a constituição da identidade político-docente dentro do movimento sindical em Mato Grosso e a possibilidade de haver mais pesquisas sobre o tema, oferecendo subsídios aos demais pesquisadores e interessados sobre o assunto ainda pouco explorado no meio acadêmico, principalmente, em Mato Grosso.

## 2 O SINDICALISMO EM PESQUISAS - UM CENÁRIO QUE EU PRECISAVA CONHECER...

Não faças de ti um sonho a realizar.  
Vai. Sem caminho marcado.  
Tu és o de todos os caminhos.  
*Cecília Meireles*

No presente capítulo, por meio de pesquisas no *site* da CAPES e da Plataforma *Scielo*, procuro mapear o que havia sido produzido sobre o tema, em busca de maiores conhecimentos que pudessem auxiliar teórica e metodologicamente em meu trabalho. A partir daí, trago algumas informações do que foi encontrado, dos locais, das instituições, dentre outros dados que julguei relevantes para este estudo.

De agora em diante, revelo meu interesse em identificar pesquisas que versam sobre sindicalismo docente e formação de professores. Para tanto, recorri às buscas, principalmente, nos *sites*, para subsidiar minha investigação e para melhor compreender o movimento sindical de professores no Brasil e em Mato Grosso.

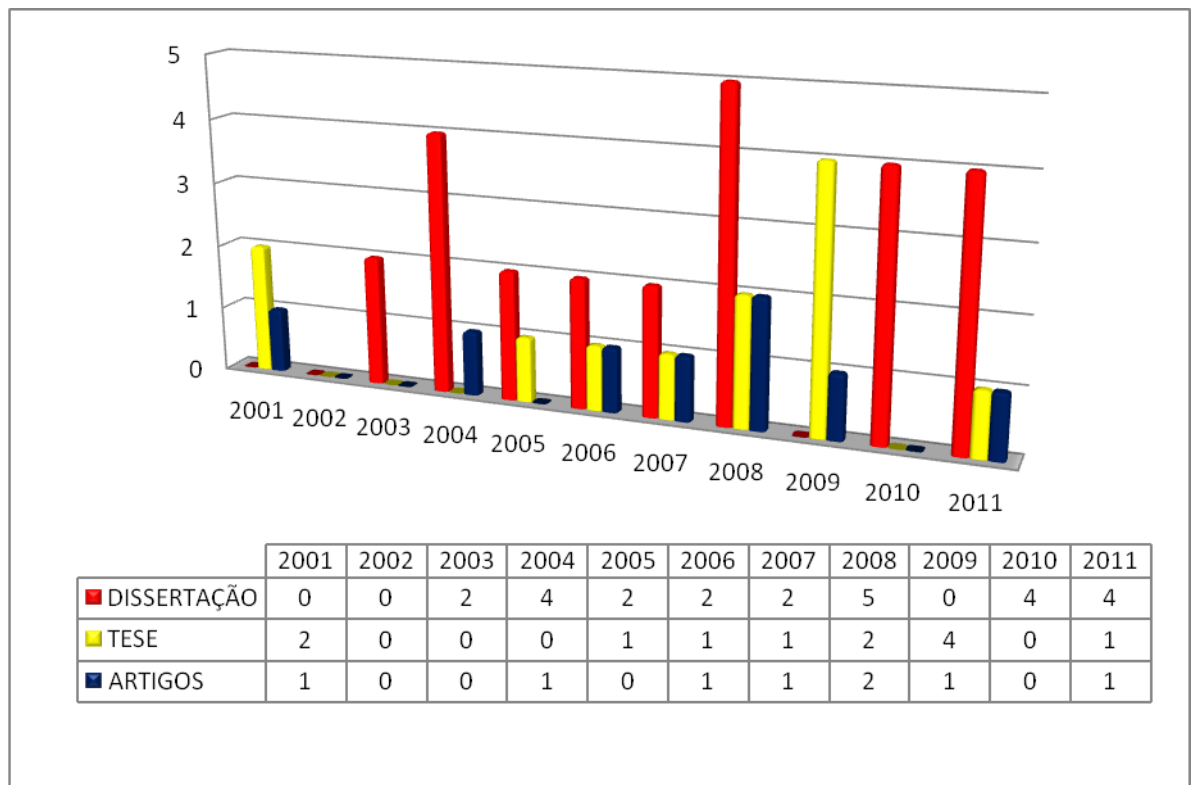
Segundo Vianna (2001), a produção sobre sindicalismo docente foi maior entre o final das décadas de 1980 e início de 1990. A referida pesquisadora fez uma investigação, compreendendo o período de 1980 a 1996 e parte do ano de 1997, e concluiu que a produção sobre o tema ainda é pequena e sem organização, especialmente no que se refere ao período analisado. Os pesquisadores auxiliaram-me quanto à percepção de que realmente há falta de trabalhos sobre o tema sindicalismo docente e, mesmo ao fazer as buscas entre os anos de 2001 a 2011, encontrei apenas 65 títulos, entre teses e dissertações; ao refinar essa procura, restaram 37 trabalhos, sendo 12 teses e 25 dissertações, produzidas neste último período e somente oito artigos.

Houve a sistematização do material pesquisado e coletado de modo que, por meio de descritores, pudesse quantificar e trazer informações sobre os assuntos abordados nesses trabalhos. Para tanto, realizei uma busca sobre o tema no *site* da CAPES (<http://www.capes.gov.br>), fazendo a leitura dos resumos e dos artigos encontrados, e também no banco de dados da SCIELO (<http://www.scielo.br>) e em sete revistas indexadas ao *site*, além da revista Currículo Sem Fronteiras ([www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org)).

A palavra-chave foi sindicalismo docente e, a partir dela, comecei as investigações. Interessou-me, então, saber onde havia mais produções sobre o tema, no caso, as IES, e quais as regiões onde havia maior produção teórica sobre sindicalismo, o volume de produções por ano e se as mesmas tinham focado no tema identidade e profissionalidade docente no espaço sindical. Na análise dos dados, procedi à leitura dos resumos científicos de dissertações, teses e artigos. No total, foram encontrados oito artigos com os descritores pesquisados, 25 dissertações e 12 teses.

No gráfico abaixo, estão quantificados os trabalhos encontrados com os descritores e autores.

**Gráfico 1 - Teses, dissertações e artigos sobre sindicalismo docente e identidade docente no período de 2001 a 2011**



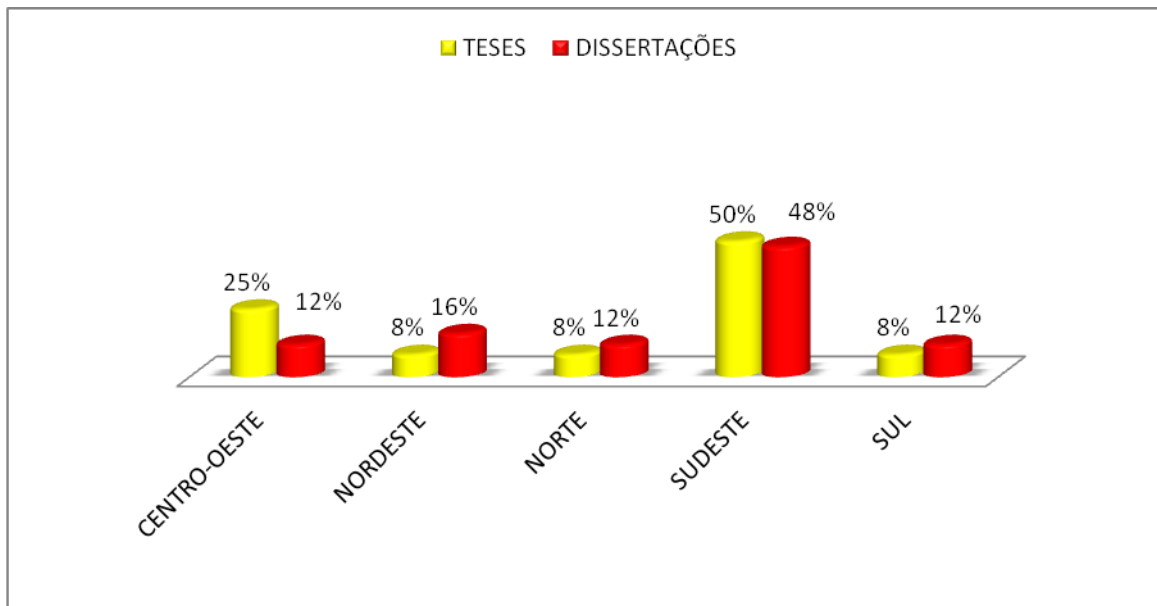
Fonte: Elaborado pelo autor para o presente estudo.

A partir do gráfico acima, verifiquei a quantidade de produções e as organizei por ano. O demonstrativo revela pouca produção sobre o tema, indicando que o mesmo necessita de maior investimento por meio de pesquisas, como já alertou Gindin (2004) para o fato de que as pesquisas sobre essa questão são recentes na América Latina e nem sempre possuem boa divulgação. Mesmo com essa lacuna, o

México e o Brasil são os países da América Latina que mais têm investigado sobre o sindicalismo docente, aponta o pesquisador.

Averigui, então, para saber as regiões que concentram a maior quantidade de pesquisas sobre o tema e os motivos que permitem, à referida região, ter produção significativa sobre o assunto.

**Gráfico 2- Distribuição regional das produções – Dissertações e teses no período de 2001 a 2011**



Fonte: Elaborada pelo autor para o presente estudo.

Ao analisar a produção por regiões, observei que a maioria das dissertações e teses está concentrada no Sudeste. Pode-se inferir que a grande produtividade nessa região se deve ao fato de a mesma conter número significativo de programas de pós-graduação e também porque seus sindicatos estão entre os mais antigos do Brasil, conforme apontam Rosso, Cruz e Rêses (2011). Quanto às teses, a região Centro-Oeste trouxe-me uma surpresa, ao se destacar com boa produção (25%), principalmente a Universidade de Brasília (UnB) com o grupo de pesquisa de Transformações do Mundo do Trabalho. Em seguida, vieram as regiões Nordeste, Norte e Sul. Em relação às dissertações, logo após a líder, região Sudeste, seguem as regiões Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. O Estado do Mato Grosso contribuiu com apenas uma dissertação para a pesquisa, produzida por Netto (2011), mostrando que a investigação sobre o tema é muito recente no Estado. Há muito ainda por pesquisar; afinal, o sindicato é referência nacional com seus

programas de formação e com as lideranças que saíram daqui e tornaram-se também referências nacionais. Dessa forma, espero poder contribuir para as pesquisas futuras sobre o tema em Mato Grosso.

Foi importante para esta pesquisa a leitura do material coletado, pois contribuiu na busca de um referencial teórico que pudesse me guiar durante a investigação e, assim, encontrei algumas pesquisas com as quais me identifiquei e alguns teóricos que muito colaboraram para o amadurecimento teórico sobre o tema.

Por meio dos periódicos e da leitura dos resumos, cheguei a alguns trabalhos que me ajudaram a entender melhor a questão da formação docente, identidade docente e sindicalismo e o sindicalismo docente. Devo lembrar que foram diversos os trabalhos encontrados, porém serão mencionados e analisados os que mais auxiliaram a presente pesquisa. Esse trabalho de investigação sobre as produções já socializadas sobre sindicalismo docente apoiou bastante como leitura e referencial teórico para aprofundar conhecimentos sobre o tema em questão.

### 3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Diante do cenário das produções sobre sindicalismo docente no Brasil, pude traçar os rumos da pesquisa e, assim, escolher os caminhos a trilhar.

A partir de então, dediquei-me à pesquisa que traz como questões indagadoras: Como a formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública? Quais as suas influências nas práticas dos sindicalistas professores junto ao coletivo da escola? Como a formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública em Mato Grosso?

A análise objetivou investigar o papel do sindicato na formação política do sindicalista professor que atua na escola pública e como esse professor percebe seu envolvimento e compromisso junto às questões políticas que abrangem a formação. Tal finalidade se desdobra em outras, quais sejam: que comportamento evidencia o sindicalista junto às reivindicações do coletivo da escola e como a sua formação sindical contribui para a constituição da identidade docente.

Essas questões levaram-me a optar pela abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, tendo, como instrumentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico, as observações participantes, as entrevistas narrativas, junto aos líderes/sindicalistas e sindicalistas. Durante o tempo de investigação, acompanhei o cotidiano dos sindicalistas e do sindicato. Fiz deslocamentos até Cuiabá-MT no período das mobilizações, participei das assembleias sindicais, de debates e discussões junto às Assembleias Legislativas municipal e estadual. Também, nesse período, envolvi-me em seminários de formação, nos quais contribuí com falas e produção de artigos que foram publicados no *site* do sindicato e em jornal de circulação regional.

Além da observação participante, apoiei-me também na pesquisa bibliográfica e análise documental, com a leitura atenta aos registros, aos dados, à legislação e à história do SINTEP/MT.

Ancorado na abordagem qualitativa para a presente pesquisa, adotei Bogdan e Biklen (2010) por afirmarem que estudos desta natureza são muito utilizados, pois oferecem a oportunidade de explorar o ambiente complexo da educação. Segundo os autores, os dados oriundos de metodologias qualitativas enriquecem a compreensão de eventos, fatos ou processos, contudo demandam esforços e

reflexões para que se possam obter respostas e sentidos com o material apurado e analisado. Os dados qualitativos, de acordo com os autores, precisam ser interpretados e contextualizados à luz da dinâmica social mais ampla. A abordagem qualitativa permite descrever, analisar experiências complexas, a partir da escrita correta, de questões pertinentes e da observação dos detalhes.

### **3.1 Os instrumentos da pesquisa**

Para a coleta de dados, decidi-me pela entrevista narrativa, pois, conforme Bauer e Jovchelovitch (2003), a mesma tem como ideia básica reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes. Os autores salientam que as narrativas são infinitas em sua variedade e podem ser encontradas em todo lugar. Eles ressaltam, também, que:

[...] através da narrativa, as pessoas lembram o que acontece e colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2003, p. 91).

A entrevista narrativa (EN) possibilita acompanhar todo o envolvimento histórico, a participação e contribuição de nossos informantes ao longo de suas vidas e seu vínculo com o movimento sindical docente, uma vez que poderão ir e vir em suas memórias, relatando e descrevendo aquilo que vivenciaram e experienciaram. Tais entrevistas permitiram aos sujeitos, ao mesmo tempo em que narravam sua maior compreensão da formação política e dos debates e experiências adquiridas, informar como foram constituindo sua identidade política dentro do movimento sindical, ao se fazerem e se construírem dentro das lutas e manifestações.

Utilizei-me de diferentes formas de instrumentos de pesquisa, tais como; as visitas ao sindicato, onde acompanhei o cotidiano de algumas lideranças. Compondo a coleta de dados, investi nas entrevistas às principais lideranças sindicais do Estado de Mato Grosso.

Toda essa participação foi importante para melhor compreender a atuação dos líderes sindicais perante os demais professores sindicalizados. A partir dos



discursos, manifestações e também das formações dadas dentro do sindicato, pude apreender a relevância da formação política e como se manifesta durante todo esse processo de luta em prol de uma escola de qualidade social.

Para entender com eficácia as entrevistas dos sujeitos, recorri à análise documental e a estudos sobre bibliografias do SINTEP/MT, apoiei-me em Luke e André (1996) quando apontam que a análise documental se apresenta com uma técnica valiosa de abordagem dos dados qualitativos, complementando as informações, seja desvelando novos aspectos de um tema ou problema.

### **3.2 Os sujeitos da pesquisa e as análises de suas histórias, vivências e contribuições para a constituição da história e identidade política docente no movimento sindical**

Os sujeitos da pesquisa estão divididos, fundamentalmente, em três grupos os quais passo a denominar aqui de lideranças sindicais históricas, lideranças emergentes e professores sindicalizados. Ao caracterizar os sujeitos, quero enfatizar que as chamadas lideranças históricas não fazem mais parte do movimento sindical docente na atualidade, por estarem atuando em outras funções, mas vinculadas, de alguma forma, à educação.

- **Lideranças sindicais históricas** que fizeram parte da composição do quadro de profissionais no início do sindicato em Mato Grosso. Tais lideranças ajudaram na fundação do SINTEP/MT e auxiliaram o movimento sindical mato-grossense a ser referência no país, com importantes avanços dentro da formação sindical e política.

Dentre essas lideranças, destaca-se o professor Elismar Bezerra, o primeiro presidente do SINTEP/MT. Atualmente, está afastado dos quadros da liderança do movimento sindical e encontra-se vinculado ao doutorado na Universidade Federal Fluminense, pertencendo ao quadro de funcionalismo público da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT). Realizamos a entrevista com o professor Elismar na cidade de Rondonópolis, quando de sua vinda para uma fala no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO).

Outra liderança do SINTEP de Mato Grosso de grande projeção nacional é o Professor Carlos Abicalil, que atuou como presidente da CNTE por dez anos e hoje opera como assessor parlamentar da liderança do governo no Congresso Nacional. Foi professor do Ensino Básico no Estado de Mato Grosso e presidente do SINTEP/MT. Realizei a entrevista com esse profissional, personagem de grande destaque na história do sindicalismo em MT, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), em Cuiabá.

Outra fonte interessante para o resgate histórico do movimento sindical em Mato Grosso foi o professor João Monlevade, sindicalista que auxiliou na construção, organização e escrita dos cadernos de formação, sendo um dos autores; além de grande militante, é um teórico que estuda sobre os profissionais da educação pública e continua seu trabalho de produção de conhecimento e formação a esses profissionais no Brasil. Realizei a entrevista com o ele na sede do SINTEP/MT, em Cuiabá.

Entrevistei, também, a professora Ilma Machado que participou da primeira diretoria do SINTEP como secretária de formação, constituindo-se em uma figura feminina no sindicato, então presente no momento de transição da Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE) para SINTEP/MT. A entrevista foi realizada na Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Cuiabá. A professora Ilma, atualmente, é professora na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e atua junto ao Departamento de Educação da referida universidade. Além de fazer parte do SINTEP/MT, integrou também a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT), ou seja, a professora continuou a participar e participa do movimento sindical docente, como enfatizou.

- **Novas lideranças ou lideranças emergentes** que apareceram mais recentemente e que têm participado do movimento sindical docente em Mato Grosso. Elas são importantes enquanto renovação dentro do movimento sindical docente no Estado, pois demonstram que esse movimento tem conseguido formar novas lideranças e também movimentar a estrutura sindical.

Encontrei, na pessoa do prof. João Eudes, um líder que conseguiu seu espaço e tem-se constituído enquanto liderança, ou uma nova liderança. Ele foi presidente da subsede do SINTEP/MT- Rondonópolis, no período de 2006 a 2012 e, atualmente, é secretário estadual de formação sindical. O professor João Eudes

ultimamente está a serviço do sindicato, como dirigente sindical. Ele destina dedicação exclusiva ao sindicato, pois, como secretário de formação, precisa se deslocar por todo o Estado.

- **Professores sindicalizados**, os quais se constituem nos profissionais que atuam na escola pública e são militantes junto ao movimento sindical. O primeiro entrevistado foi o professor Eduardo Santana, que trabalha, desde 1998, na Escola Estadual Maria Elza Inácio, com a disciplina de Língua Portuguesa. Inicialmente atuou como contratado (temporário) e, a partir de 2000, tornou-se efetivo. Realizei a entrevista com o professor na subsede do SINTEP/MT, em Rondonópolis.

O outro entrevistado foi o professor Juanil Barros, que trabalha na rede pública do Estado, desde 1990, com a disciplina de Geografia. Ele atua na Escola Estadual Domingos Aparecido dos Santos, como professor efetivo.

Os critérios para a escolha dos sujeitos foi a de que estes deveriam ter mais de 10 anos em sala de aula e estarem em contato mais direto com a formação política no sindicato para detectar como essa formação influencia a constituição política identitária desse professor.

Ao colher o depoimento desses docentes, tentei verificar a influência que essas lideranças possuem no meio escolar onde atuam.

Para tanto, os dois professores escolhidos para entrevista trabalham em escolas que possuem lideranças engajadas no movimento sindical e que, por meio de suas posturas, acabam por beneficiar e conduzir o coletivo em busca de soluções para os problemas enfrentados na educação escolar.

A fim de trazer dados sobre a formação do sindicato e sua importância dentro do contexto escolar, como sindicalistas atuantes na escola pública de Rondonópolis, apresento os dados de dois professores sindicalizados que não fazem parte da diretoria sindical, mas compõem a base do movimento sindical e atuam em sala de aula.

Procurei trabalhar esses testemunhos de demonstração social e política, pois suas falas expõem parte da história e lutas sindical e educacional de Mato Grosso. À medida que narram suas histórias, veem-se nelas, constroem-se e reconstróem-se num processo de identificação e contradições dentro do próprio movimento sindical e docente. A entrevista narrativa possui esta peculiaridade de propiciar, ao autor, ser o sujeito de sua história. É uma abordagem (auto) biográfica que, segundo Nóvoa (1999, p. 169), “reforça o princípio segundo o qual é sempre a pessoa que se forma

e forma-se à medida que elabora uma compreensão sobre o seu percurso de vida [...]”. Assim, creio ser importante esse repensar, reformular-se à medida que o sujeito faz a sua fala, pois, nesse ato, ele reflete, faz associações, pondera e percebe as possibilidades de aprendizagens.

Esse método, para Abrahão apud Martins (2013, p.88), “se constitui, dentre outros elementos, pelo uso de narrativas produzidas por solicitação de um pesquisador [...] com intencionalidade de construir uma memória pessoal ou coletiva procedente de um tempo histórico”. Tempo esse importante e com passagens que lhe são marcantes. Há um valor da utilização da memória para construção e reconstrução de um tempo histórico.

Ao fazerem os relatos, eles mesmos verificaram os próprios avanços e também dos seus pares dentro do movimento sindical, assim como as contribuições e heranças que perpassaram os momentos de formação e construção de uma identidade político-sindical e no chão da escola. Por meio dessas narrativas, extremamente enriquecedoras para conhecer a história do movimento sindical e o envolvimento dos líderes e professores, foi possível fazer uma aproximação com a realidade sindical e educacional e, ao mesmo tempo, constatar a implicação dos professores dentro dessa luta e como o movimento influencia suas posturas e atitudes políticas.

Com a entrevista, verifiquei que os sujeitos foram rememorando a sua trajetória, a do movimento sindical, ao mesmo tempo em que iam fazendo conexões com a história local, estadual e nacional.

Finalmente, para atender aos preceitos éticos da pesquisa, solicitei o termo de livre consentimento de cada sujeito, arquivando-os no acervo de dados. Após terem aceitado e obedecido a todas as questões éticas, parti, então, para a aplicação do roteiro da entrevista, que se baseou em questões semiestruturadas, as quais versaram sobre: a origem dos sujeitos, suas trajetórias acadêmicas e participações em outros movimentos sociais antes do movimento sindical docente; suas entradas para o movimento sindical e contribuições para o mesmo; suas concepções sobre a importância da formação sindical e política dentro do sindicalismo docente; as contribuições que o movimento sindical trouxe para sua formação política e constituição de uma identidade docente; como o sujeito se percebe enquanto liderança e/ ou como analisa as lideranças e suas contribuições

para a formação de uma identidade política e docente. Assim, de posse dos dados, procedi às análises que se centraram nos eixos:

Eixo 1 - As contribuições históricas que os sindicalistas trazem a respeito da formação política no SINTEP/MT.

Eixo 2 - A formação política do SINTEP/MT e suas contribuições para a constituição da identidade dos professores da escola pública: uma percepção a partir dos sujeitos da pesquisa.

Eixo 3 - O professor que participa ou participou do movimento sindical, no SINTEP/MT e sua compreensão sobre as influências da sua formação no chão da escola.

Procederei, então, a descrever e analisar, a partir do capítulo seis, todas as questões que envolvem esta pesquisa.

#### **4 PROFISSIONALIZAÇÃO, PROFISSIONALISMO, PROFISSIONALIDADE E IDENTIDADE DOCENTE: O SINDICATO POR ENTRE OS MOVIMENTOS POLÍTICOS DE CONSTITUIR-SE PROFESSOR**

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.  
*Cora Coralina*

No presente capítulo, abordo os pressupostos teóricos e conceituais que dizem respeito à questão da profissionalização, profissionalismo, profissionalidade docente e identidade política. Constitui-se em uma análise e descrição sobre o que abordam os teóricos acerca do tema e, mais adiante, observo como o movimento sindical se situa na questão da profissionalidade, especificamente, na identidade política docente.

Durante a década de 1980, principalmente no Brasil e México, as pesquisas sobre sindicalismo docente na América Latina foram bastante recorrentes, conforme aponta Gindin (2009). Em seu trabalho, Vianna (2001) pesquisou e descreveu as principais análises encontradas sobre o tema, bem como suas características e quais as linhas de pesquisa, e também a importância das mesmas para as investigações sobre o tema. Sua análise abordou teses e dissertações, não se estendendo aos artigos e periódicos. Ao buscar os estudos sobre essa questão no Estado de Mato Grosso, deparei-me com uma produção ainda pequena sobre sindicalismo docente, encontrando apenas três trabalhos: Alencar (2012), Netto (2011), Zanon e Rocha (2006). As procuras foram feitas no *site* da CAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)), bem como no *site* da biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso (<http://www.biblioteca.ufmt.br/pergamum/biblioteca/index.php>). Tive acesso ao trabalho de Zanon e Rocha (2006) por meio de Rocha, que foi orientadora da pesquisa de iniciação científica de Zanon. Após a leitura dos estudos, verifiquei o quanto é importante investigar e avançar sobre o tema sindicalismo docente em Mato Grosso, justamente para colaborar com a descrição histórica acerca dos percursos das pesquisas nesta área e, assim, contribuir com mais uma produção. Diante disso, nesta análise, além dos aspectos históricos apresentados nas falas dos líderes sindicalistas, resolvi investigar também os professores que trabalham na sala de aula e como estes veem o movimento sindical docente e quais concepções

possuem sobre a história e luta dos líderes do movimento sindical docente em Mato Grosso.

Para refletir sobre a profissionalização e identidade docentes articuladas ao movimento da formação sindical, parto do entendimento de que a educação escolar vive um momento de crise em vários níveis. Se, de um lado, há um discurso de haver muitos investimentos, de outro lado, percebo que, na prática, o discurso não se efetiva. Existe a preocupação dos agentes que fazem parte do contexto escolar, com a dicotomia prática-discurso. Entre os agentes que têm se preocupado com o descaso do Estado com a educação, o sindicato docente constitui-se numa das vozes mais ativas e que, sistematicamente, tem denunciado os governos sobre a educação pública. Para tanto, faz assembleias, discute com a categoria, conclama a sociedade civil para apoiar o movimento pela educação pública de qualidade e aponta a indiferença dos governos para com a educação.

O sindicato é uma entidade que congrega, discute e aponta caminhos para a melhoria da educação e defende a classe dos trabalhadores da educação contra as políticas públicas de um Estado mínimo, onde o professor é responsabilizado, muitas vezes, pela crise educacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sindicato tem sido um lugar de fortalecimento dos trabalhadores da educação, tendo em vista que se tornou o espaço de formação, discussão e resistência a fim oferecer contribuição para o fortalecimento e avanço dos direitos desses profissionais. O sindicato configura-se como a arena que tem se posicionado contra a jornada de trabalho extenuante, com salário irrisório; porém, cobra-se muita responsabilidade do professor.

A partir do momento em que o sindicato faz as denúncias, acaba por falar o que, muitas vezes, os demais professores gostariam de manifestar, mas têm medo ou receio de represálias. Dessa forma, o sindicato passa a constituir o legítimo representante da categoria, por isso transforma-se em entidade que representa as aspirações desses profissionais. Ele é o porta-voz da categoria, o seu defensor; assim, possibilita a prática docente e sindical mais engajada política e socialmente, permitindo o compromisso do profissional com a sociedade, no sentido de estar imerso no mundo e, dessa forma, transformá-lo, tornando-o um homem concreto, que existe numa situação concreta para, então, mudar o mundo que o cerca. Mudanças essas que passariam por todas as instâncias, sejam elas: econômica, cultural, social e política como afirma Freire (1990). É um fazer-se político e coerente

com sua postura ética e profissional, pois o educador é um ser político e, conseqüentemente, formador de opinião. Tal opinião é reforçada com sua participação ativa na luta por melhores condições e melhorias pela qualidade da educação, que passa pela qualidade e valorização da docência e participação no movimento sindical.

Para desenvolver a pesquisa, aprofundei-me na leitura de alguns temas que estão ligados ao objeto da pesquisa, quais sejam: sindicalismo docente e formação de professores, a influência da formação sindical no ambiente de trabalho e na constituição da identidade docente do professor da escola pública.

O Brasil, no decorrer do século XX, passou por muitas mudanças, dentre elas a social, a política, a econômica e educacional, principalmente, após a abertura política de 1985. Com ela veio a redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (9394/96). Na educação, as transformações ocorreram quanto às funções dos profissionais da educação e avançaram no campo da gestão.

Com o processo de autoritarismo encaminhado pelos militares, durante a década de 1960, houve mudanças significativas na política, na economia e sociedade brasileira. A urbanização também ocorreu de maneira muito rápida, acompanhada de um processo de industrialização intensa no país. A educação acompanhou o ritmo de mudanças, pois a mesma, que antes era privilégio de alguns, passou a se massificar e com isso os problemas surgiram, tais como:

A falta de ensino de qualidade e a não implementação da formação dos professores. Esses são apontados, muitas vezes, pela sociedade civil como os grandes vilões pelo fracasso escolar. Esquecem os críticos que houve muitas mudanças na sociedade, nos últimos tempos e nem mesmo a sociedade, no seu conjunto, acompanhou essas mudanças estruturais, sendo a educação apenas uma das questões que sofre com as transformações rápidas (SAVIANI, 2011).

Essas variações estruturais têm provocado tensões no exercício da profissão docente, pois as transformações e a diversidade de papéis dos professores têm feito os mesmos se sentirem deslocados, dando, às práticas, outros rumos, até então, não trilhados em sua formação. Se, por um lado, o princípio da gestão democrática deu mais autonomia aos trabalhadores da educação, com ela veio maior número de funções, pois, se antes, as atividades docentes estavam mais ligadas à sala de aula, agora estão atreladas ao envolvimento em outras ocupações, tais como: participar



do planejamento, da avaliação e desenvolvimento profissional, colaborar com atividades de articulação das escolas, com as famílias e comunidades. Tudo isso consta na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em seu artigo 13, fato que leva a uma sobrecarga dos profissionais, pois, além das atividades vinculadas à docência, agora há a sobrecarga da gestão educacional. Tais funções levam à precarização das relações de trabalho e refletem na identidade docente.

Junto com a profissão há a profissionalização, pois, segundo Dalila Oliveira (2008, p. 30), a profissionalização “[...] se refere a atividades especializadas, que possuem um corpo de saberes específico e acessível apenas ao grupo profissional, com códigos e normas próprias e que se inserem em determinado lugar na divisão social do trabalho [...]”.

A profissionalização tem sido abordada sob diversas perspectivas, com diferentes significados, conforme o contexto social, histórico, político, cultural, assim como as matrizes teóricas de referência da análise. Ultimamente, há grande preocupação com a questão da profissionalização docente e avanços foram alcançados, porém muito há de ser feito ainda para o desenvolvimento pleno da mesma. Uma das bandeiras da luta sindical é proporcionar maior prestígio à profissionalização, visto que a mesma é compreendida como o ato de busca e transformação social, algo que ainda, muitas vezes, é feito amadoramente (OLIVEIRA, 2008). Essa bandeira de luta é frisada e abordada nas lutas sindicais durante as assembleias da categoria, nas greves e pautas reivindicatórias do sindicato perante o Estado.

Esse processo de busca e construção é histórico e exige maturação e crescimento, mas varia segundo o contexto sócio-político-econômico e cultural. Essa procura pela profissionalização esbarra, geralmente, no aparato estatal, pois, em sua maior parte, a profissão se constitui dentro do Estado e depende dele, já que a autonomia e o controle sobre seu próprio ofício é feito por normas e regras estatais.

Assim, a luta e a história dos trabalhadores da educação são permeadas de contradições, de tensões, pois, se de um lado lutam pela profissionalização e *status* profissional, de outro, são servidores públicos atrelados à máquina estatal que lhes prende por meio da legislação, tolhendo, assim, a profissionalização. Esses profissionais, por vezes, são vistos, unicamente, como proletários que lutam por melhores salários, como se as questões econômicas fossem as únicas que importassem.

Nesse prisma, o sindicato docente surge como uma fonte de defesa, apoio e tentativa de avanços do coletivo em prol da profissionalização da categoria, ao lutar pela valorização profissional docente, por meio de formação adequada aos professores, melhores salários e condições de trabalho.

Dentre as reivindicações, a questão da profissionalidade ainda é algo que precisa ser analisada e estudada num contexto acadêmico. Josenilton Vieira (2009), ao abordar a questão da profissionalidade e os sindicatos, afirma:

[...] a impressão que se tem é que não houve muitos avanços nem por parte das lideranças e professores participativos, nem por aqueles mais preocupados com a sua sala de aula. As razões para a impressão é a permanência da cultura do fracasso escolar. (VIEIRA, 2009, p. 17).

Nesse sentido, o desenvolvimento articulado entre profissionalismo (externo) e a profissionalidade (interna) é uma alternativa para que possam ser construídos e incorporados novos elementos culturais que contribuam para a transformação, maior justiça, mudança social e política. Para Vieira (2009), as questões relacionadas à profissionalidade e ao sindicalismo docente têm menor intensidade entre os docentes que as questões da profissionalização. Isso porque as discussões relacionadas aos saberes específicos da profissão, como as práticas pedagógicas e o seu fazer, não são, muitas vezes, contempladas dentro do movimento sindical ou, ao serem contempladas, não são consideradas como algo primordial. O sindicato, segundo o autor, fica envolvido com a questão de uma identidade eminentemente política, mas não avança sobre o aspecto metodológico e pedagógico. Muitas vezes, os profissionais envolvidos no movimento sindical têm uma prática pedagógica descontextualizada, embora sejam a sua prática e seu compromisso político e sindical algo que faz a diferença na escola, junto aos seus pares e junto ao movimento sindical docente. Por ser a profissionalização ligada mais à busca por mudança e avanços sociais, a formação sindical tem se ocupado mais dela, não avançando muito com a questão da profissionalidade docente, uma vez que esta última esteja mais relacionada a fatores internos, constituindo-se numa especificidade individual ou saberes específicos associados à função da atividade. André e Almeida (2002) trazem a derivação da terminologia profissionalidade, ao afirmarem que

Profissionalidade é uma derivação terminológica de profissão, assim como profissionalização, profissionalismo e profissionalismo. São termos polissêmicos, pois possuem significados diferentes em função dos contextos, países e referências teóricas em que são utilizados. (ANDRÉ; ALMEIDA, 2009, p. 4).

Há todo um contexto histórico, social, cultural e ideológico que permite dar diversos significados às terminologias utilizadas. Esses conceitos não são estanques, são dialéticos, mutáveis, fruto ou produto de um contexto e realidade histórica. Deste modo, conforme afirma Popkewitz (1997, p. 38): “A utilização da palavra não implica a existência de uma definição fixa ou universal, independente do tempo e do lugar, [...], fazem parte dos diferentes mundos em que vivemos e são criados e preservados socialmente”. Dessa forma, surge a necessidade de se ficar sempre atento aos conceitos e aos interesses que subjazem aos mesmos; afinal, eles não são neutros.

Para Sacristán (20081, p. 65), a expressão profissionalidade pode ser entendida como “[...] afirmação do que é específico da acção docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor”. Assim, profissionalidade tem como característica os fatores endógenos, quais sejam: a formação, construção e amadurecimento docente.

Para reforçar e compreender melhor o conceito de profissionalidade, busco em Roldão (2006), que trabalha a partir da perspectiva da sociologia das profissões, para identificar um conjunto de elementos que se insere como descritores daquilo que venha a ser profissionalidade, a citar: o reconhecimento social da especificidade da função associada à atividade; o saber específico indispensável ao desenvolvimento e autonomia do seu exercício e a pertença a um corpo coletivo que partilha, regula e defende o saber necessário, o exercício da função e o acesso a ela.

Ao analisar os descritores que essa educadora portuguesa propõe, é possível observar que são fatores que conjugam o ser e o saber. Fatores esses necessários para melhor entendimento da profissionalidade docente. Nesse caso, o professor enquanto pessoa se constrói ao longo da vida, por meio daquilo que Marcelo (2009, p. 15) aponta como “desenvolvimento profissional”, pois o mesmo “[...] procura promover a mudança junto dos professores, para que estes possam crescer enquanto profissionais e também como pessoas”.

É o saber enquanto domínio de conteúdos que leva o aprendente a aprender e a apreender por meio da ação docente. Essa especificidade reforça o estatuto da profissionalidade docente, saberes esses que não são adquiridos livremente, mas que se fazem na caminhada, ao longo do tempo e levam um período para maturar. Não se fazem isolados, mas em conjunto, por meio, muitas vezes, da colaboração de seus pares.

Roldão (2006) destaca a falta de autonomia do exercício por parte dos docentes, uma vez que os mesmos são controlados pelas agendas políticas governamentais, limitando a intervenção sobre a organização do seu trabalho e estas são restritas ao próprio grupo ou dentro da sala de aula, restringindo o exercício pleno do estado de profissionais.

A massificação da educação leva à falta de autonomia da atividade docente, afinal quem decide aquilo que ensina e como ensina é o Estado porque, socialmente, considera-se necessária a aprendizagem numa determinada época e contexto (ROLDÃO, 2006). A falta de autonomia induz os professores a terem dificuldades de se constituírem socialmente como profissionais plenos. Assim, acabam tendo uma postura quase que, exclusivamente, administrativa, com requisitos técnicos e tarefas burocráticas. Como afirma Contreras (2012, p. 74), “[...] a administração define o âmbito curricular, fixa os procedimentos de colaboração e atuação nos centros, organiza a sequência de ação e prestação de contas, e os docentes desenvolvem *profissionalmente* o trabalho”. Verifica-se, dessa forma, uma atividade mecânica, sem permitir reflexão ou análise crítica que possibilite pensar e agir de maneira diferente.

Dessa maneira, cria-se um campo de relações institucionalizadas, onde os professores como funcionários estatais estão submetidos às normas. Mas esse campo não é pacífico, ele é cheio de lutas e de conflitos. Afinal, tem-se de um lado um Estado centralizador, mas de outro os professores que se unem, lutam e reivindicam conquistas e avanços na melhoria da qualidade de ensino e melhorias profissionais e educacionais.

Verifica-se uma dimensão histórica do processo de profissionalização, evidenciando as lutas e divergências, caracterizando a complexidade e dinamicidade desse processo que, segundo Vieira (2009, p. 84), “[...] implica tanto o domínio de um conjunto de saberes mobilizados pelos professores na atividade de ensino, como uma conquista de autonomia coletiva [...]”. Nessas lutas históricas por espaço e nas

dinâmicas sociais, os professores acabam por reivindicar melhor qualidade de ensino, melhores condições de trabalho; porém, muitas vezes, lutam sozinhos. E sozinhos, a luta profissional e a identidade docente torna-se enfraquecida e fortalecendo o Estado que, normalmente, vê-se como o tutor dos profissionais da educação e defensor do capital em nome do neoliberalismo. Sob esse aspecto, os sindicatos, loci de lutas políticas, que buscam referendar os interesses da classe docente-trabalhadora, visam constituir novas realidades condizentes com o contexto histórico e social que permeiam toda a construção da profissão e identidade docente. Realidades essas transitórias, por estarem constituídas dentro de um momento histórico. Assim, é possível dizer que as identidades docentes se modificam na relação tempo-espço, num movimento dialético. No momento das mudanças e incertezas diante da realidade que os cercam, novos paradigmas são impostos aos profissionais docentes. Nesse emaranhado de discursos, fazeres, exigências, os modelos atuais passam pela necessidade de superação. O perfil de um novo profissional tem exigido cada vez mais dos professores. A identidade docente que está em constante mutação e novas construções identitárias têm definido o modelo e padrão de profissional ideal para atuar na nova realidade. Compactuo com Márcia Ondina Ferreira (2006, p.227), quando afirma que “tanto representações, quantos as identidades, não são fixas e sim produzidas e reproduzidas cotidianamente, não sendo inerentes aos indivíduos”. É na luta, no trabalho, na sociedade que o professor produz a sua identidade e a desenvolve. Sob esse aspecto, os sindicatos podem e devem ser a referência na luta, guarda e defesa da classe docente.

A questão da identidade é produzida na dialética do cotidiano, num movimento contínuo, nas contradições. Conforme aponta Ciampa (2001, p.127), “A questão da identidade, assim deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é, sobretudo, uma questão social, uma questão política”. A identidade, nesse aspecto, é movida nas tensões, nas contradições e interações entre o sujeito e o meio, esse meio social e político, passando pelas questões pessoais e profissionais, sendo um movimento constante e atemporal. Um lugar de lutas e conflitos é um estar na sociedade, na política, na cultura, com seus símbolos, rituais e significados. Ela é uma construção nem sempre pacífica no contexto pessoal e social, pois é permeada de antagonismos, gerando muitas crises identitárias e crises de grupo. Segundo Dubar (2009, p.145), “existem as diferenças,

em reconhecimento de identidades coletivas, da invenção de novas formas de ação e representação”. O autor aponta, ainda, que o Estado é um destinatário dos conflitos, mas não o único, pois outros fatores podem gerar os conflitos que nem sempre se apresentam como “luta de classes” já que, segundo Dubar (2009):

O Estado é o destinatário principal, mas não exclusivo desses conflitos, que não se apresentam certamente como "luta de classe", mas afirmam a existência coletiva de um grupo profissional, de um coletivo de assalariados, inclusive em sua dimensão sexuada, de uma profissão em luta contra um sistema administrativo, burocrático, político, que ignora seus verdadeiros problemas, suas reivindicações salariais, mas também seu verdadeiro papel econômico e social. (DUBAR, 2009, p. 145)

Os profissionais da educação têm, reconhecidamente no Estado, um lócus de disputas e de lutas, mas também há outros fatores envolvidos nessas lutas: as questões de diferenças de gênero, as questões burocráticas, políticas, econômicas e sociais. Nesse emaranhado de situações e perspectivas constituem-se as identidades num terreno permeado de intersubjetividades, onde cada um se apropria, dentro do contexto, de sua história pessoal e profissional, tornando-se e fazendo-se a si, ao mesmo tempo em que se faz no grupo, num processo de trocas recíprocas.

Para tanto, a identidade pessoal e a identidade construída coletivamente, assim como nos sindicatos, são fundamentais para caracterizar a identidade profissional do indivíduo. Segundo Pimenta (1997), a identidade:

[...] se constrói a partir da significação social da profissão [...] constrói-se também pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos, e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 1997, p. 7)

A identidade profissional, portanto, é um processo contínuo que se vincula à identidade pessoal, porém conectada a um sentimento de pertença do profissional a sua categoria, neste caso a categoria dos profissionais da educação e suas associações - os sindicatos, onde os mesmos têm a possibilidade de construir, desconstruir e reconstruir algo que dê sentido ao seu trabalho. Por outro lado, vale destacar que o processo de desvalorização profissional e das crises política,

econômica, social e institucional, que perpassa a educação escolar, reforça o quadro de que os profissionais da educação precisam constituir e reforçar a sua identidade de pertença ao grupo do qual fazem parte. Só assim poderão contribuir para mudar o quadro de injustiças sociais e de melhoria na qualidade do ensino público e de melhores condições de trabalho, através da luta não somente econômica, mas também política, permitindo também a constituição de uma identidade política.

Essa identidade política se constitui no coletivo, no grupo e nele amadurece, fortalece, solidifica-se frente aos obstáculos impostos, muitas vezes, pelo capital, pelo Estado e pela política neoliberal, frente à educação pública de qualidade. Para avançar em relação ao conceito, apoio-me em Mascarenhas (2002) que define:

Identidade política percebida como o processo de configuração da autoconsciência de um grupo, em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos sociais e relações de poder. A identidade é um modo específico de articulação do grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. (MASCARENHAS, 2002, p. 15)

Nesse processo, discurso e ação precisam estar sincronizados de forma que permitam buscar alternativas para enfrentar as difíceis condições que têm envolvido o universo da educação, principalmente, no que diz respeito à docência. Por isso, o sindicato é um espaço que contribui para o desenvolvimento profissional dos professores e permite, ao mesmo tempo, acrescentar contribuições para a reconfiguração da profissão docente. É, então, um espaço de formação contínua que pode contribuir para a independência profissional dentro de um coletivo rumo a um crescimento pessoal e profissional do educador. Para Almeida (2000, p.3), a “formação contínua no desenvolvimento da profissionalidade docente coloca aos sindicatos o papel de promover o debate sobre o contexto e o significado da atuação profissional dos professores”.

A formação docente é de suma importância para a formação de uma identidade docente e política, tendo em vista que o sindicato é o lócus específico das lutas políticas dos profissionais da educação. Essa associação desempenha um papel de articulador dentro da sociedade em defesa da escola pública de qualidade, melhoria das condições de trabalho e salariais dos trabalhadores da educação. Também faz as denúncias e aponta os descasos das políticas públicas frente às

necessidades educacionais do país. Assim, profissionalidade, profissionalismo e identidade são componentes que se fortalecem no e com o movimento sindical.

#### **4.1 A formação do professor no sindicato**

A formação profissional sempre foi uma preocupação dentro do movimento sindical docente. Através da história do SINTEP/MT, desde suas origens, houve preocupação muito grande com a formação. No caso do movimento sindical docente, o seu cuidado era com uma formação mais específica e voltada aos interesses do movimento sindical e da vontade dos professores. Uma das formas de demonstrar a preocupação com a formação dos professores foi a criação e confecção dos Cadernos de Formação. Os referidos cadernos tiveram tão boa aceitação entre os sindicalizados, que acabaram se tornando referência nacional ao serem adotado pela CNTE, para a formação dos seus quadros de liderança nacional.

No presente item, iremos abordar a organização, importância e contribuição dos Cadernos de Formação, formulados e adotados pela CNTE, para as discussões, debates e amadurecimento da consciência política de luta e defesa dos interesses da classe docente. Os Cadernos de Formação, organizados pelo SINTEP/MT, não foram adotados integralmente pela CNTE. E os que adotados sofreram adaptações ou algumas modificações em sua estrutura ou título para se ajustarem à política de formação dada pela CNTE e à abrangência de seus militantes, bem maior do que a do SINTEP/MT.

Os Cadernos selecionados pela CNTE foram três: Introdução à Sociologia, escrito pelo professor Eudson de Castro Ferreira e que continuou com o mesmo título. O outro Caderno foi elaborado pelo professor Jones Dari Goettert cujo título, junto ao SINTEP/MT, é: História do Movimento Sindical e Popular, tendo sido alterado pela CNTE para: Introdução à História do Movimento Sindical. Por fim, o Caderno escrito pelo professor João Antônio Cabral de Monlevade que, no SINTEP/MT, intitula-se: História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e em Mato Grosso, alterando-se para: Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil.



A partir dos cursos de graduação nas licenciaturas, tem-se o que é denominado de formação inicial para a docência. À medida que o docente, ou profissional da educação, avança em sua atividade, ele também investe em sua profissionalização, por meio dos cursos de formação continuada. Existem, em Mato Grosso, dois caminhos básicos para que os profissionais da educação possam investir em sua formação continuada. O primeiro corresponde à formação proporcionada pela SEDUC/SUFP-MT, ocorrendo nos espaços da escola, através de um projeto do Estado, chamado “Sala de Educador”, onde os professores podem fazer a sua formação ou através dos Centros de Formação de Professores (CEFAPROs). Antes do projeto “Sala do Educador”, convém lembrar que havia a “Hora-atividade”, espaço conquistado pela luta política do sindicato, o qual, posteriormente, foi reduzido ao “Sala do Educador”.

O segundo caminho é a formação oferecida pelo sindicato que também tem um espaço próprio ou é oferecido no recinto de alguma escola. Ao se falar em formação ou projeto de formação desenvolvido e concebido pelo sindicato, segundo Almeida (2000, p.6):

[...] expressa uma concepção de formação centrada na articulação entre as dimensões técnico-pedagógica e político-sindical e busca contribuir na constituição de uma identidade profissional, capaz de responder às condições que permeiam a profissionalidade docente. (ALMEIDA, 2000, p. 6)

Por meio desses processos, a formação dá rumo à profissionalização, pela qual o professor se constrói, molda sua identidade, incorporando ou transformando-se pelas influências sociais, econômicas, culturais e políticas, frente à sociedade e à escola.

À medida que o professor entra em contato com as diferentes realidades formativas e com o sindicato, sua formação ganha outra dimensão, que é a dimensão política. Essa dimensão se constrói na coletividade, nas greves, manifestações, discussões, formação diferenciada que ajuda a construir uma identidade política que, por sua vez, se faz na coletividade. O envolvimento do professor no processo de greve, mobiliza, constitui uma experiência pedagógica significativa para a formação da identidade profissional. Ao fazer parte da coletividade, esse professor vê suas angústias diluídas, divididas, repartidas. Nesse

sentido, o professor amplia a visão sobre formação, através da dimensão ética, social e política, em que o sindicato é um campo por excelência.

O sindicato, ao lado da escola, é um espaço de construção do sujeito coletivo e contribui para a inclusão dos processos de profissionalização docente. Ele tem se preocupado em ocupar os espaços vazios, deixados pela formação do Estado, por meio da formação continuada, com debates sobre a conjuntura educacional e política; afinal, são objetivo e função do sindicato levar as questões que afetam a classe dos trabalhadores em educação para serem discutidas pela categoria. Ao nascer independente das políticas governamentais, o projeto sindical de formação não precisa se submeter às normas e concepções oficiais. Isso dá maior autonomia aos debates e discussões, podendo ousar nas propostas e avançar em outras discussões que a política de formação do Estado não consegue ou impede.

O SINTEP/MT sempre se organizou no sentido de proporcionar os debates, discussões e defesa de uma educação de qualidade social e em amparo aos interesses dos trabalhadores em educação. Desde a sua origem, sempre houve essa preocupação com a formação dos educadores. Este fato é confirmado na fala do primeiro presidente do SINTEP/MT, prof. Elismar Bezerra:

Bom nós, o SINTEP, empreendemos ali uma forma nova de movimento sindical. [...]. Nós criamos uma rotina de realizar muitos cursos de formação, muitas atividades formativas, cursos, reuniões, seminários, etc. Foi durante essa primeira gestão [1989-1994] que eu era presidente, que nós criamos, por exemplo, o encontro estadual de educação do SINTEP. (Entrevista-Elismar Bezerra, ago./2013)

Verifico, na fala do ex-presidente do SINTEP/MT, que, desde o princípio, o sindicato se preocupou com a formação dos professores. Havia inquietação com os aspectos políticos, a formação política dos professores e também com a preparação de novos quadros de lideranças sindicais que foram se constituindo ao longo do movimento sindical docente no Estado. Não era apenas devido ao momento político por que o país passava, pois era um momento de abertura política; mas foi e é característica do movimento sindical que o SINTEP/MT não deixou acabar. Tanto que o sindicato elaborou os cadernos de formação utilizados até hoje no programa de formação dos professores, que vão além do aspecto político sindical, pois também se preocupa em preparar e formar novas lideranças sindicais, sendo que seus materiais foram utilizados, inclusive, pela CNTE para a formação dos seus quadros de lideranças.

Esse programa é uma parceria entre o SINTEP/MT e a CNTE, sendo um programa de Formação para a Gestão, com duração de três anos, podendo ser modificado ou atualizado. O programa baseia-se numa concepção de Educação Integral e tem uma proposta político-metodológica que busca abranger os profissionais da educação em sua “totalidade histórica” e possibilita, aos trabalhadores/as da educação, uma óptica crítica da realidade e das relações sociais que engendram o mundo no qual estão inseridos e se reconheçam como agentes históricos e transformadores sociais.

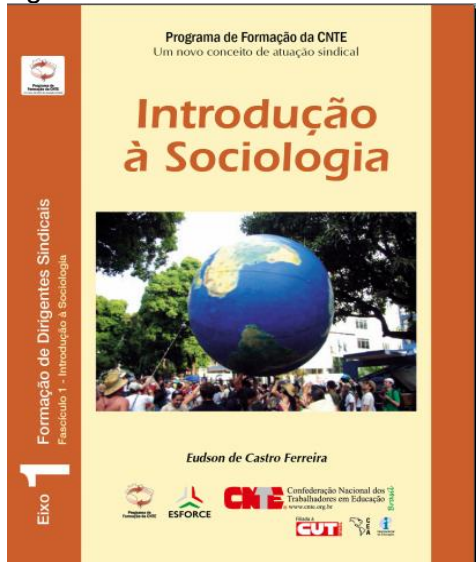
O programa de formação político-sindical compreende 320 horas e está dividido em quatro grandes eixos e organizado em fascículos, assim compreendidos: Concepção Político-Sindical; Formação de Dirigentes Sindicais; Planejamento e Administração Sindical; Temas Transversais. O primeiro eixo dos fascículos está dividido em: Introdução à Sociologia; Teoria Política; Economia Política; Movimento Sindical e Popular no mundo; Movimento Sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no Brasil. O material preparado permite aos participantes aprofundar as concepções teóricas e metodológicas. De posse desses materiais, são realizados debates, leituras e estudos em grupo, proporcionando a construção de um sindicalismo classista de luta, na expectativa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, permitindo maior mobilização classista e a formação da identidade política.

Para melhor compreensão da proposta de formação, delineada nos Cadernos de Formação, apresento o conteúdo dos mesmos. A seguir, farei um breve apanhado de como estão organizados os fascículos produzidos pelo SINTEP/MT, lembrando que são três os fascículos publicados pelo SINTEP/MT, com nova edição lançada pela CNTE, todos do eixo “um” (Concepção Política Sindical). O fascículo “um” foi escrito pelo professor Eudson de Castro Ferreira, falecido em 2006 cujo título é: Introdução à Sociologia.

Disponibilizei, neste capítulo, a imagem dos fascículos utilizados pela CNTE e depois os fascículos implementados na formação sindical do SINTEP/MT. Os cadernos de formação foram e são importantes para a própria constituição dos debates sobre as questões formativas do SINTEP/MT. Porém o próprio SINTEP/MT carece de um material que discuta e trabalhe sobre as origens dos próprios cadernos e como foi feita a articulação e organização dos mesmos. Por isso, irei

expor apenas como estão organizados os cadernos e qual o tema abordado em cada um deles.

Figura 1: Fascículo1- Formação de Dirigentes Sindicais- CNTE



Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>> Acessado em: 18 set. 2013

Figura 2: Programa de Formação SINTEP/MT

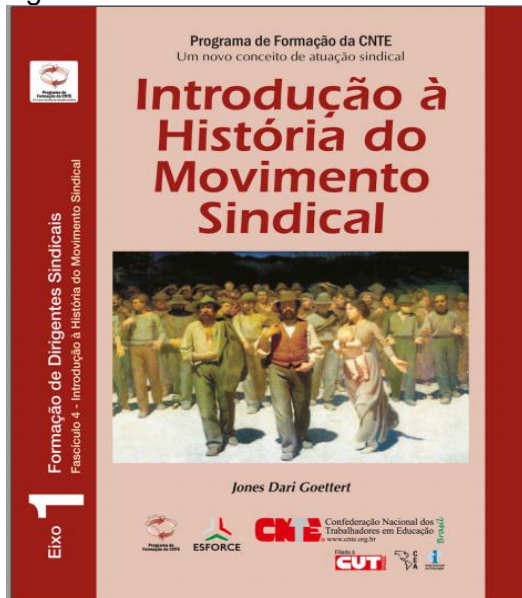


Fonte: Acervo do Autor

Nas figuras acima, estão os volumes que abordam a Introdução à Sociologia. A primeira imagem traz o volume disponibilizado pela CNTE, enquanto a segunda imagem é do fascículo elaborado e utilizado pelo SINTEP/MT. No fascículo um, são abordados os principais conceitos da Sociologia, numa perspectiva histórico-dialética. Em sua introdução, há a apresentação da CNTE, de como funciona o material e de que forma se deve proceder à formação de seus quadros; há, também, um agradecimento ao SINTEP/MT que disponibilizou o material para que pudesse ser lido, estudado e debatido pelos profissionais da educação. O material está dividido em dez capítulos, que trabalham os conceitos da Sociologia, sua história e origem, roteiros de pesquisa, com textos de apoio e discussão de grandes teóricos os quais auxiliam no entendimento da sociedade contemporânea, sugestões de filmes e indicações bibliográficas. O material é ricamente ilustrado e com linguagem acessível, uma vez que ele é utilizado não só pelos professores, mas por todos os profissionais da educação. Nas páginas que o completam traz frases de efeito, de teóricos críticos do capitalismo. O objetivo do material é proporcionar uma leitura agradável e leve, sem se esquecer dos referenciais teóricos da área, com o objetivo

de estimular a leitura e a formação política dos professores e demais profissionais da educação.

Figura 3: Fascículo 4- Formação de Dirigentes Sindicais- CNTE



Disponível em <<http://www.cnte.org.br>>  
Acessado em: 18 set. 2013

Figura 4: Programa de Formação SINTEP/MT



Fonte: Acervo do Autor

O fascículo quatro aborda a história do movimento sindical e nele o autor, o Prof. Jones Dari Goettert, que foi professor e líder sindical na subsede do SINTEP/MT em Rondonópolis, analisa a história do sindicalismo, desde suas origens, chegando ao movimento sindical dos dias atuais. O fascículo trata também da história do sindicalismo no Brasil, suas vertentes e também as origens do sindicalismo docente e seu percurso. O material é bastante ilustrado, com sugestões de leituras, de filmes e, ao final, traz extenso referencial teórico e questões que ajudam a pesquisar e buscar novas reflexões.

Figura 5- Formação de Dirigentes Sindicais- CNTE



Disponível em <<http://www.cnte.org.br>>  
Acessado em: 18 set. 2011

Figura 6: Programa de Formação SINTEP/MT



Fonte: Acervo do Autor

O fascículo cinco, escrito pelo prof. João Monlevade, aborda as origens dos profissionais da educação. Em seu tema I, assim está dividido esse fascículo: trabalha o conceito de profissionais da educação, passando a versar sobre a constituição histórica da categoria, no tema II. Já no tema III, expõe as questões do movimento de sindicalização dos profissionais da educação, desde as associações, chegando aos sindicatos e à luta até se chegar às atuais conquistas. E finalmente, no tema IV, propõe trabalhar com as questões e desafios do movimento sindical dos educadores para, então, finalizar, conclamando os trabalhadores da educação a estudarem e a pesquisarem mais sobre o seu sindicato.

Ao verificar o material disponibilizado pela CNTE, desenvolvido pelos profissionais da educação que fazem parte do movimento sindical docente mato-grossense, constatei o que já dissera seu primeiro presidente. Ele enfatizou a importância e a valorização dada pelo sindicato à formação de seus quadros e sua entrevista reforçou os dados. O prof. João Monlevade afirmou que a secretaria de políticas educacionais, uma espécie de secretaria de formação, era a principal do sindicato logo no início do SINTEP/MT. E quando a CNTE precisou de uma política de formação para o Brasil todo, a do SINTEP/MT foi adotada pela sua longa experiência e pelo projeto que estava dando certo. Por isso, o sindicalismo mato-

grossense é muito respeitado em nível nacional e tem dado muitas lideranças ao movimento sindical nacional, como o prof. João Monlevade, o prof. Carlos Abicalil que foi presidente da CNTE, e também o prof. Gilmar Soares Ferreira que, atualmente, é liderança da CNTE, sendo o Secretário de Formação da entidade.

Assim se deduz que o movimento sindical sempre esteve preocupado com a formação, pois é através dela que o sindicato auxilia no desenvolvimento profissional docente. É importante observar que há formação contínua sindical, sendo voltada para o aspecto político e também educacional. Enquanto formação ou educação sindical que permeia o movimento, busco em Manfredi (1996) que assim a define:

Denominamos educação sindical aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo: os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., promovidos por [enti]dades de classes ou outras organizações socioculturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológicas que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema, etc. (p.23-4)

O SINTEP/MT, por meio de suas secretarias, tem organizado projetos, sejam eles de formação junto aos professores, com o seu material de formação, seja através de informes, via boletins, revistas, *sites*, jornais ou imprensa televisiva. Há preocupação com a formação continuada dos professores. A partir da formação ou educação sindical, o sindicato também ouve os anseios e necessidades dos professores. Debate, critica, apoia e sugere medidas que possam auxiliar o professor no seu cotidiano, tanto em sala de aula, como nos problemas que envolvem a educação de uma maneira geral. Muitas vezes, a partir dos anseios dos professores, o sindicato acaba levantando bandeiras reivindicatórias extremamente importantes para a questão da profissionalização docente.

Em Mato Grosso, muitas conquistas que acabaram se estendendo para o resto do país vieram desses debates e discussões dentro das chamadas subsedes. Nesse ponto, a subsede de Rondonópolis tem grande importância e particularidade. Foi através desse segmento e de suas discussões, levadas ao chão da Escola Sagrado Coração de Jesus que deram origem, posteriormente, ao Centro de Formação de Professores (CEFAPRO). Essas discussões muito profícuas contaram com a parceria dos professores da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus

Rondonópolis, particularmente com o trabalho do prof. Ademar de Lima Carvalho, da prof.<sup>a</sup> Simone Albuquerque da Rocha e da Coordenadora daquela escola na época, professora Aurora Yokomizo.

Convém lembrar que, inicialmente, os debates e discussões ficaram restritos aos professores da Escola Sagrado Coração, mas depois elas foram ampliados aos professores de outras escolas estaduais no município de Rondonópolis e, posteriormente, o Estado de Mato Grosso acabou adotando a ideia das formações continuadas aos professores na cidade de Rondonópolis e criou-se o Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) pelo Estado. O que antes eram discussões dentro da escola, com participação restrita à escola e sindicato, tomou dimensões municipais e acabou se tornando política pública adotada pelo Estado. Dessa forma, atrelou a formação dada aos professores aos interesses das políticas governamentais e tirou toda a liberdade e autonomia de discussões que existiam antes.

A pesquisa de Favretto (2006) enfatizou a importância do trabalho de formação dada no sindicato docente, pois no início houve as discussões para a manutenção e garantia da hora-atividade, espaço de trabalho dos professores para as atividades pedagógicas e de formação continuada. A hora-atividade, um direito adquirido pelos professores por meio de luta árdua a qual, constantemente, sentia-se ameaçada de redução, só sendo garantida devido ao movimento levantado e sustentado pelos professores em Rondonópolis, com o apoio de sua subsede do SINTEP/MT.

Segundo Favretto (2006), havia, na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, formação continuada coordenada pela professora Aurora Yokomizo, que fazia parte do quadro de lideranças do SINTEP/subsede Rondonópolis e também era coordenadora dessa escola, contando com o apoio dos professores já mencionados. Esse fato foi marcante na história da formação continuada de Mato Grosso, pois aí se originou o CEFAPRO, que se constitui, na atualidade, como uma expressão na formação de professores no Centro-Oeste (FAVRETTO, 2006).

Na década de 1990, o SINTEP/MT já promovia encontros de formação para os professores e a Escola Sagrado Coração de Jesus era um espaço de uso para essas atividades, como afirmou seu primeiro presidente desde a sua fundação, no final da década de 1980. O espaço era multidisciplinar e multi-institucional, pois ali se encontrava representado o sindicato, a escola e a universidade. Era onde



aconteciam as discussões e os debates que depois repercutiam nos corredores, na sala dos professores, pelas salas de aula. Havia debates e discussões acaloradas que ressoavam, inclusive, entre os alunos nas aulas e faziam diferença para a formação inicial no Magistério e para a docência no futuro. Aprendi muito nesses momentos e deles participei, ao fazer parte, primeiro como aluno e, em seguida, como professor, com contrato temporário na época.

Conforme Favretto (2006), com a implantação da Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Pública – em dezembro de 1996, passou-se a discutir com os professores as questões políticas da profissionalização docente e formação pedagógica. Como havia maior flexibilidade na metodologia da formação continuada, a qual foi criada no coletivo e de acordo com a disponibilidade dos profissionais da educação, eram convidados professores da UFMT, da rede pública e do próprio SINTEP/MT, de acordo com o tema definido pela categoria. A questão da formação continuada era privilegiada dentro do SINTEP/MT.

Na subsede de Rondonópolis, cheguei a participar inúmeras vezes de encontros promovidos com o objetivo de fomentar o debate e discussão sobre questões econômicas e políticas, dentre outras. Esses encontros eram semanais e coordenados pela prof.<sup>a</sup> Aurora, que fazia parte da equipe dirigente do sindicato local e trazia formadores de outros sindicatos, do movimento social ou mesmo das universidades para discutir as questões econômicas e conjunturais do país. O momento histórico permitiu também discussões intensas sobre o contexto, pois era recente o fim da ditadura militar e o processo de democratização do país, ou seja, final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, permitindo discussão política dentro do contexto sindical e escolar. Naquele período, muitas lideranças sindicais surgiram e despontaram para a luta local, estadual e nacional.

A subsede do SINTEP/MT em Rondonópolis lutou e contribuiu para as discussões no processo de formação continuada dos professores; mesmo assim houve redução de 50% da hora-atividade e a sua diminuição pelo governo foi estratégica a fim de enfraquecer a escola e o sindicato como espaço de formação. Espaço esse que era um lócus de formação da identidade política dos trabalhadores em educação. Identidade política entendida aqui, segundo Mascarenhas (2002), como:

[...] processo de configuração da autoconsciência de um grupo em que ele elabora sua posição e ação diante dos conflitos e das relações de poder. A identidade é um modo específico de articulação do grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. (MASCARENHAS, 2002, p.15)

Em contrapartida à ideologia do sindicato, visando formar o sujeito político, está o Estado neoliberal, que preconiza a individualidade, a competitividade, levando a um isolamento das lutas políticas, enfraquecendo os movimentos sociais, dentre eles, os sindicatos.

O Estado de Mato Grosso, ao assumir a formação por intermédio do CEFAPRO, criado em 29 de dezembro de 1997, com o decreto 2007/97, reduziu a autonomia dos trabalhadores da educação e atrelou a política aos interesses governamentais. A formação passou a ser discutida fora da escola Sagrado Coração de Jesus e sob o olhar e comando do Estado, distanciando o sindicato do livre acesso aos professores para a formação política, na tentativa de enfraquecer o movimento sindical. Com isso, o Estado enfraqueceu a luta política, fragmentando a formação e impedindo uma ação coletiva profissional, pois a formação dada dentro do CEFAPRO não atendia, em parte, aos interesses dos professores. O Estado, dessa forma, tirava dos professores a liberdade de escolher os temas mais pertinentes com a sua realidade, causando desinteresse e desestímulo pela formação dada que, muitas vezes, não correspondia aos reais interesses dos professores, além da forma aligeirada como eram dados os cursos, sem levar em conta o tempo dos profissionais da educação, como aponta Rodrigues (2004):

A urgência e a necessidade de habilitar os professores leigos, de qualificar e requalificar os demais profissionais da educação, de capacitar os docentes das séries iniciais para adotarem as inovações que estavam sendo implantadas no Estado, desconsideraram o tempo dos professores – formadores e cursistas. (RODRIGUES, 2004, p.145)

O Estado acabava por dar cursos apressadamente e sem se preocupar com o real interesse dos professores. E por meio desses cursos, apresentava aos organismos internacionais (Banco Mundial e UNESCO) resultados numéricos e não qualitativos, o que prejudicava a qualidade dos cursos de formação dados aos professores.

O Estado desconsiderou, como aponta Rodrigues (2004, p.147), as peculiaridades do grupo, sua história, sua cultura e acabou impondo uma formação prescritiva e generalizante. Assim, não se permitiam mais as discussões e debates que antes eram comuns com as formações proporcionadas pelo sindicato as quais ofereciam amadurecimento profissional docente e formavam grupos que lutavam pelos interesses da classe docente. O Estado conseguiu enfraquecer e empobrecer os debates políticos tão comuns até então, circunscrevendo os debates a questões, muitas vezes, meramente burocráticas, para cumprir horas e sem qualquer criticidade, ficando os debates no campo da teoria, sem avançar com questões práticas do cotidiano escolar.

Nesse caso, Almeida (2000) reporta a importância dos professores em articular teoria e prática profissional, sendo necessário um tempo de maturação para, então, organizar-se no coletivo com ajuda do sindicato e poder avançar com propostas de formação, centradas no exercício profissional, integrado ao trabalho das escolas e relacionado com a formação desenvolvida em instituições, particularmente, o sindicato. Isso porque acredito ser de suma importância que os sindicatos contribuam para a formação e construção de uma identidade política, em que os trabalhadores em educação possam ter espaço para repensar o seu trabalho e tenham uma valorização docente que vise à educação de qualidade e a uma sociedade mais humana, justa e ética.

## 5 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO SINDICAL E DOCENTE NO BRASIL E EM MATO GROSSO: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Vejo a multidão fechando todos os meus caminhos, mas a realidade é que sou eu o incômodo no caminho da multidão.  
*Chico Buarque de Holanda*

O presente capítulo contempla estudos sobre política e política sindical a fim de melhor subsidiar os estudos sobre o tema. Por isso, a política tem uma importância muito grande no processo de ordenação e dinâmica da práxis do sindicato. Estudos, leituras, debates e todo o vocabulário são voltados para a questão política. Tanto a teoria quanto a prática sindical se ancoram na política. Como afirma Mascarenhas (2002), a contribuição do sindicato baseia-se na articulação entre as esferas da economia e da política uma vez que há um elo entre inclusão na esfera produtiva capitalista e as relações de poder. Assim, as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida envolvem questões políticas e não somente econômicas, cujas lutas dependem da força e do poder político que possam ter os trabalhadores por meio do sindicato. Força essa que não nasce ou se faz sozinha, mas que se faz na luta, na entrega, nos conflitos sociais, na defesa dos interesses dos trabalhadores e de maneira coletiva. Daí a importância do sindicato para os trabalhadores por defender seus interesses com a força e a união da classe, contra os interesses do liberalismo e do capital. Percebendo ou sabendo disso, o capital tenta minar a luta por meio de um discurso que provoca a competitividade entre as pessoas e um individualismo sem precedentes. Dessa forma, o poder do capital se fortalece cada vez mais e mantém sua hegemonia e sua exploração em relação à classe trabalhadora. Além de outros espaços constitutivos de lutas e embates classistas, tal espaço tem sua importância e representatividade junto ao coletivo da classe trabalhadora, pois, segundo Bauer; Paulista; Diniz (2013):

Como os partidos políticos e os movimentos sociais, o sindicato tem a função de representar os interesses dos trabalhadores, que aderem a ele buscando: união, segurança, participação, reconhecimento e benefícios, em determinada jurisdição, visando seu bem-estar e suas reivindicações. (BAUER; PAULISTA; DINIZ, 2013, p.11)

Logo, a tomada de consciência e a luta dos trabalhadores ficam mais fáceis com apoio e ajuda sindical. Como alertam os referidos autores (p.11), o sindicato “possui restrições, determinadas pelo ambiente socioeconômico, pelo sistema político, pela cultura, educação e pela ideologia dos detentores do poder”. Assim, muitas reivindicações do movimento sindical não são atendidas, devido aos entraves políticos e econômicos impostos pelo Estado Neoliberal.

Desde a sua origem até hoje, a atividade política do sindicato é intensa e está em constante movimento e luta por espaço de participação. Pensar a política não significa pensar apenas o espaço público, ou o Estado, pois, atualmente, os movimentos sociais e a “política de base” continuam atuantes e têm uma importância combativa frente ao Estado. Assim, é necessário estudar o sindicato enquanto agente político para se compreender melhor os movimentos da categoria docente. Estudar política, compreender política, requer situar-se teoricamente sobre o tema e, para tanto, busco em Arendt o seguinte embasamento: “tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo” (ARENDR, 2013, p. 46). Segundo a autora, a liberdade se constrói na coletividade, que só existe na igualdade entre os indivíduos. A política é e serve para possibilitar um convívio melhor entre todos, assim como maior e melhor interação entre as pessoas, evitando, dessa forma, injustiças sociais. Para a autora, liberdade se dá no sentido original do grego *scholē*, ou do romano *otium*, o ócio, como se diz atualmente; liberdade essa que se efetiva na política, sem o domínio de uns pelos outros, mas por meio da relação mútua e do convencimento recíproco, sem o uso da força coercitiva, algo diferente daquela defendida pela concepção *weberiana* de Estado, segundo a qual o Estado tem o monopólio legítimo do uso da força física no que diz respeito à manutenção da paz e da ordem na atual sociedade.

A concepção de Hannah Arendt (2013) é a que norteia o discurso e a prática sindical, pois o sindicato prevê uma sociedade em que impere a liberdade no sentido amplo, com justiça social que se dá na coletividade, no diálogo e também no ócio. Daí a importância da política, vista como extensão não somente do Estado, mas de todas as instâncias, seja ela familiar, local de trabalho (escola) e o próprio sindicato.

No caso específico do sindicato, há a necessidade e a importância para a sua própria manutenção, a preocupação com a formação política. Através disso, é possível mais conscientização dos seus militantes e formar novos quadros de

lideranças sindicais. Ao definir formação política, compactuo com Ribeiro (1995) que afirma:

[...] a formação política dos professores tem que ser explicitada e aprimorada constantemente quando o que se quer é estreitar e fortalecer os vínculos da prática pedagógica com os interesses populares e não de minorias privilegiadas política, econômica e culturalmente. (RIBEIRO, 1995, p. 69)

O sindicato é importante para esse fortalecimento de vínculos entre a prática pedagógica e os interesses populares, afinal estamos falando de uma educação pública, voltada, principalmente, às camadas populares numa tentativa de melhoria da qualidade de vida e de mudança social, econômica, política e cultural. Nesse sentido, a formação se dá na prática, na ação material, objetiva e transformadora, mediada pela teoria que pode e deve ser discutida e debatida também dentro do sindicato.

### **5.1 História do movimento sindical e sindicalismo docente: alguns referenciais**

Apresento breve histórico das origens do movimento sindical brasileiro, fazendo uma abordagem dos seus aspectos memoráveis, algumas concepções sociais, econômicas e políticas. Utilizei-me da pesquisa bibliográfica, retomando um pouco da evolução do movimento sindical desde suas origens no Brasil. As leituras se pautaram, principalmente, em Alencar (2013), Antunes (1985), Bauer; Paulista; Diniz (2013), Bihl (1999), Boito Jr. (1991), Boito Jr. (2005), Gindin (2004), Goettert (2011), Henrique (2010), Monlevade (2007), Souza (1997), Vale (2002). Vianna (1999), Vieira (2009), Rosso, Cruz e Rêses (2011). Tais autores trazem a trajetória das manifestações tardias para o surgimento do movimento sindical docente no Brasil e em Mato Grosso.

De acordo com Henrique (2010), no progresso do movimento sindical brasileiro houve dois grandes marcos: um, em 1930, com a chamada “Revolução de 1930” e o outro, com a promulgação da Constituição de 1988.

Na presente pesquisa, apoio-me em Monlevade (2007) para apresentar o percurso do movimento docente, desde a década de 1930 até a criação da CNTE.

Com a revolução de 1930, os sindicatos ficaram atrelados ao governo e os sindicatos docentes praticamente inexistiam; uma das poucas exceções foi o caso da fundação do Sinpro-Rio em 1931 (ROSSO; CRUZ e RÊSES, 2011), pois o que havia era, na verdade, as associações dos professores, um tipo de organização pré-sindical. Conforme afirmam Rosso; Cruz e Rêses (2011), eram:

[...], associações ou uniões que, dependendo das regiões em que surgem, combinam papéis agregados da categoria docente em torno de questões pedagógicas e científicas, proteção mútua, atividades sociais e culturais, defesa dos interesses dos associados e debate sobre políticas e práticas educacionais. (ROSSO; CRUZ e RÊSES, 2011, p.112)

As análises e pesquisas feitas por Rosso; Cruz e Rêses (2011) apontam uma aparente distância temporal entre o surgimento do sindicalismo docente e o sindicalismo operário, pois os dados de criação dos sindicatos permitem supor isso.

É perceptível que as primeiras organizações proletárias brasileiras tenham suas raízes nas sociedades de cunho mutualistas. Essas organizações existiam desde 1888, porém foi em 1890 que o proletariado brasileiro fundou o Partido Operário, na tentativa de organizar a incipiente classe trabalhadora brasileira (urbana e fabril). Vale lembrar que uma parcela significativa desses trabalhadores e trabalhadoras era de imigrantes europeus que vinham trabalhar e se instalava, principalmente, em São Paulo. Dessa forma, chegaram ao Brasil às experiências de luta e de organização sindical do proletariado na Europa e suas influências ideológicas, dentre elas, a comunista, a cristã e a anarquista (GOETTERT, 2011).

No Rio de Janeiro, na época capital do país, têm-se notícias, desde 1870, de que professores já lutavam em defesa de interesses materiais e éticos e escreveram um manifesto ao Imperador em 1870, mas ainda não eram associações e nem sindicatos que lideravam essa luta; era apenas um manifesto de professores descontentes com a situação que enfrentavam (ROSSO; CRUZ e RESES, 2011).

Nas manifestações operárias do final do século XIX e início do século XX, os professores viam-se distanciados das lutas e manifestações, pois não se identificavam com os trabalhadores, uma vez que eram considerados como uma categoria que pertencia à elite, pelo fato de as escolas, em sua maioria, serem particulares (ROSSO; CRUZ e RESES, 2011).

Nas próximas páginas, apresentar-se-á o percurso do movimento docente, desde a década de 1930 até a criação da CNTE, conforme Monlevade (2007).

As notícias que se têm da fundação de sindicatos docentes foram somente a partir de 1930, surgidos em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Os demais Estados da federação não possuíam ainda, até a época, um número de docentes que justificasse a fundação de organizações ou associações em defesa dos interesses dos professores, sendo que, nesses lugares, os docentes eram compostos, em sua maioria, por sacerdotes, religiosos e religiosas que viviam em comunidades e já estavam associados às suas instituições religiosas (MONLEVADE, 2007).

A partir de 1930, mesmo contando com número significativo de militantes anarquistas entre os professores, os mesmos acabaram aceitando as normas de enquadramento sindical estabelecidas pelo governo de Vargas. Nesse período, houve a oficialização da representação sindical no país, quando as decisões eram tomadas pela Justiça do Trabalho, através de dissídios coletivos, que se limitava a defender os salários dos trabalhadores, sem abordar o regime de exploração capitalista e as relações de produção das empresas educacionais que existiam na época (MONLEVADE, 2007).

No período da ditadura Varguista (1930-1945), de forte centralização política, principalmente na regulamentação do trabalho, através do Ministério do Trabalho que controlava a relação entre patrões e empregados, os sindicatos viam-se enfraquecidos e suas lutas não conseguiam avançar em defesa dos direitos dos trabalhadores. Por isso, as entidades de servidores públicos, surgidas na época, não se constituíram sindicatos e sim associações e esse fato persistiu até 1988, com a promulgação da constituição “cidadã” (MONLEVADE, 2007).

Com o fim da ditadura de Vargas, houve certo relaxamento das tensões, mas não foram abolidas as regras e práticas que vinham do período anterior. A democratização aumentou o acesso à educação que, por sua vez, ampliou o quadro docente, mas, por outro lado, provocou a redução dos salários e degradação das condições de trabalho. Nesse período, foram fundadas várias associações de professores pelo Brasil, como é o caso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Associação de Licenciados de Santa Catarina (ALISC), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB). Houve, também, uma efervescência de ideias contestatórias ao populismo, caracterizando as associações de professores como as mais combativas, pelo grau de consciência política que possuíam.



Nesse período histórico pós-varguista, a inflação, aliada ao processo de proletarianização dos docentes, provocou as primeiras e mais fortes greves de educadores no Brasil que sucederam nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais (MONLEVADE, 2007).

A partir do momento em que as associações aumentavam consideravelmente, houve tentativas de se fundar uma organização nacional que unificasse suas propostas. Assim, na década de 1950, foram realizados três congressos com a participação de representantes de professores de vários Estados. Dessa forma, em 1960, foi fundada a Confederação de Professores Primários do Brasil (CPPB), com sua sede no Rio de Janeiro. Logo na sua fundação, a confederação já se fazia forte, uma vez que era a mais numerosa confederação do país, pois se constituía de quase trezentos mil associados e comportava apenas os professores primários das redes estaduais, ficando de fora o restante da categoria. Por causa disso, imperava uma divisão dentro do movimento associativo e em sua estrutura, diante da constituição sindical não ter, em seu corpo, os demais segmentos de educadores. Nesse período, ainda na década de 1960, foi fundada, também em Mato Grosso, a Associação Mato-Grossense de Professores Primários (AMPP), em 29 de junho de 1965. Em função do período histórico, pois imperava a ditadura militar, o movimento em Mato Grosso surgiu tímido e sem muita expressividade.

Somente a partir da Lei 5692/71, aconteceu a maior unificação da categoria docente, uma vez que o Ensino Primário e o Ginásial se integraram em escolas de 1º grau e o Colegial transformou-se em 2º grau. Houve aumento dos quadros da confederação que passou a ser denominada de Confederação dos Professores do Brasil (CPB) que, segundo Monlevade (2007), apresentou uma melhora qualitativa no quadro de associados e um salto de mobilização, pois era justamente entre os professores do 2º grau que havia a maior desvalorização salarial.

Ao fim da década de 1970, houve uma tentativa, liderada por grupos de entidades mais combativas e opostas às associações ditas "pelegas", que fundou a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE). Esse movimento foi liderado pela União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE), APEOSP, dentre outras. Essas entidades propunham uma alternativa à Confederação dos Professores do Brasil, que eles acreditavam burocrática e inoperante, sendo ineficiente ao dirigir o movimento de greves que começava a se alastrar por todo o país (MONLEVADE, 2007).

Em 1981, graças à articulação do então presidente da CPB, o prof. Hermes Zanetti, e à conclusão de que fundando a UNATE o movimento sindical docente ficaria mais dividido, fez-se a unificação política entre as várias correntes no Congresso de Fortaleza. A partir dessa aliança, foi notado um avanço e mobilização de todos os trabalhadores em Educação Básica pública que acabou por levar, anos depois, à filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MONLEVADE, 2007).

Durante sete congressos consecutivos, discutiu-se na CPB sobre a filiação ou não à CUT, debateu-se também no sentido de unificação dos vários segmentos dos profissionais da educação. Assim, em 1988, a CPB filiou-se à CUT no congresso de Brasília e, em 1989, os especialistas em educação e os funcionários de escolas públicas presentes propuseram a unificação em torno da CPB, no congresso de Campinas (SP) e, no ano de 1990, a CPB se transformou, então, em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no congresso em Aracaju (SE). (MONLEVADE, 2007).

Gindin (2004) aponta que, a partir do final da década de 1980, o movimento sindical e, particularmente, o movimento sindical docente efervesceu. Vários fatores podem ser apontados para esse entusiasmo: a recessão econômica, a continuidade da expansão do sistema educacional e os processos de redemocratização. Tais elementos contribuíram para a nova postura sindical ou, como o mencionado: “Novo Sindicalismo”, consistindo no renascimento do movimento sindical no Brasil.

Na avaliação de Antunes (2011), o chamado “Novo Sindicalismo” sofreu fluxo e refluxo, durante a década de 1980. Decorrente desse movimento, surgiram as centrais sindicais; primeiro a CUT, com a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, o aumento significativo do número de sindicalistas e a presença dos funcionários públicos. Paralelamente a esse processo, segundo o autor, aumentaram as tendências econômicas, políticas e ideológicas que fizeram o movimento ter esse retrocesso. Houve um processo de desproletarização com a automação, a robótica e a microeletrônica. A privatização, a flexibilização e a desregularização, frutos do projeto neoliberal, que tiveram forte impulso no governo Collor de Melo, ajudaram no enfraquecimento e recuo do *novo sindicalismo*.

Em seu trabalho, Aparecida Souza avança demonstrando características que se iniciaram durante esse período e chegaram até os dias atuais:

O movimento dos docentes que emergiu nessa conjuntura delineou alguns traços marcantes no sindicalismo dos professores públicos. O mais significativo deles é o chamado 'sindicalismo combativo' (ou de 'confrontação'), caracterizado pelo enfrentamento dos governos por meio de grandes mobilizações, manifestações de rua e greves prolongadas, as chamadas lutas de massas. (SOUZA, 1997, p. 143)

Tais lutas de massas e o sindicalismo combativo são um traço marcante da luta sindical que chegou aos nossos dias, sendo muito utilizados como forma de pressão e manifesto a favor dos trabalhadores da educação. Nesse sentido, muitas vezes, o que acontece é o Estado usar de sua força e intervir de maneira violenta contra os trabalhadores da educação, fatos ocorridos ainda hoje na greve dos professores do Rio de Janeiro entre os meses de agosto a outubro de 2013, e dos professores do próprio Estado de Mato Grosso ligados ao SINTEP/MT, numa das greves mais longas de que se têm notícia, chegando a durar 67 dias, da qual os professores saíram com algumas conquistas.

Vieira (2009) lembra que, no modelo do "novo sindicalismo", predominaram as lutas desse período de transição, com forte inspiração no movimento operário dos metalúrgicos do ABC paulista e que se disseminou pelo resto do país. A partir de então, a classe docente, segundo Alencar (2009), reconheceu-se como classe de trabalhadores da educação, deixando de lado a subjetividade da profissão docente enquanto vocação. O docente viu-se, então, como trabalhador intelectual e que, por isso, precisava se organizar em busca de melhores condições de trabalho.

Aliado a esses fatores, houve a emergência do sindicalismo "pelego", representado pela Força Sindical, um interlocutor a serviço do Estado Neoliberal e apoiado pela mídia. As lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, também dificultaram o avanço qualitativo do sindicalismo mais combativo. Ao buscar dar sustentação ao governo que ela ajudou a eleger e à criação de pluralidade de centrais sindicais a serviço da estrutura da contribuição sindical, isso enfraqueceu o movimento sindical e também a principal central sindical que é a CUT. Esta passou e passa por um problema de identidade e parece ter incorporado aquilo que Campton e Weiner (2011, p. 443) chamam de a "famosa doutrina TINA (There is no alternative [Não há alternativa]), de Margareth Thatcher, que ganhou espaço na maioria das áreas da mídia e da consciência popular." Houve certa acomodação dentro da ordem e dificuldade para propor uma alternativa ao projeto neoliberal, uma vez que o projeto de sociedade socialista ruiu e não foi bem visto pela sociedade,

sendo que a mesma só via um país integrado ao capital e ao trabalho (ANTUNES, 2011). As privatizações de empresas públicas, a terceirização e o subemprego cresceram vertiginosamente e o sindicalismo e os movimentos populares que tinham no socialismo um parâmetro de governo alternativo ao modelo capitalista excludente perderam essa referência.

Nas palavras de Boito Jr (2005), o movimento sindical continua atrelado ao Estado, algo semelhante ao que aconteceu durante o período de Vargas (1930-1945) uma vez que o mesmo impôs alguns elementos que o demonstram, como: o necessário reconhecimento estatal, sem o qual o sindicato não pode funcionar, ou seja, o sindicato está preso, via Ministério do Trabalho ao Estado. Outros fatores que prendem o sindicato são o imposto sindical vigente até os dias atuais e a unicidade sindical (apenas um sindicato por categoria e por base territorial). Verifica-se, então, que, apesar dos avanços por maior liberdade sindical, o sindicato ainda se vê preso e à procura de uma identidade frente às forças impostas pelo capital e seu projeto neoliberal. Enfraquecido que está pelo discurso neoliberal, pelas divisões externas e internas, o sindicalismo tem perdido cada vez mais a credibilidade como movimento alternativo e tem visto suas fileiras esvaziadas. Inúmeros são os fatores que podem ser apontados como motivos desse esvaziamento que, segundo Bihl (1999), pode ser pela falta de proposta política e dos sindicatos se articularem numa luta puramente economicista, pela redução de trabalhadores nos setores que antes eram fortes, devido à chegada das novas tecnologias baseadas na microeletrônica, como por exemplo, na área da metalurgia e dos bancos. Dentre eles, devo aqui destacar o movimento sindical docente na Educação Básica que também tem sentido o refluxo de filiados em seu quadro e a perda de um referencial teórico-político que o possa sustentar enquanto prática e discurso. Recorri a Rosso, Cruz e Rêses (2011), para analisar o surgimento tardio do sindicalismo docente. Na perspectiva desses autores, os docentes não se identificavam como trabalhadores da educação, mas como alguém “vacionado”. Tal perspectiva esteve realmente impregnada durante muito tempo entre os profissionais da educação. Podemos afirmar que até hoje há resquícios desse pensamento e postura. Esse fato fez com o movimento sindical docente tivesse problemas em avançar em suas lutas e reivindicações em muitos momentos. Devido a essa falta de identidade dos trabalhadores, o movimento sindical docente progrediu a passos lentos, primeiro enquanto associações e

somente com a Constituição de 1988, isso foi possível, uma vez que era proibida, aos servidores públicos, a organização em sindicatos até aquela época.

Diante das mudanças ocorridas, no período de transição, de uma sociedade ditatorial para uma sociedade democrática, o movimento sindical docente perpassou um caminho em que ora estava amordaçado, ora com maior poder de participação e discussão junto ao Estado. Ao fazer o relato histórico, tive como objetivo apresentar, de forma breve, o caminhar do movimento sindical operário e docente no Brasil, no qual foi possível verificar um crescente avanço em prol de uma educação de qualidade, com maior tomada de consciência política dessa classe trabalhadora por meio do movimento sindical.

## **5.2 Movimento Sindical e o Sindicalismo Docente em Mato Grosso: Um caminhar em construção**

Eu não caminho para o fim,  
eu caminho para as origens.  
*Manoel de Barros*

Para entender as origens do movimento sindical docente em Mato Grosso, além de fazer a retomada de alguns conceitos dentro do movimento sindical e suas questões históricas, trabalhei também os aspectos da história de Mato Grosso. Busquei, para a análise, informações em Alencar (2012), Goettert (2011), Ferreira Júnior (2003), Netto (2011), Zanon; Rocha (2006). Além dos teóricos, e não são muitos os que trabalham com as origens do movimento sindical docente no Mato Grosso para ajudar no processo de compreensão e análise do movimento sindical docente, apresento também a fala de algumas lideranças sindicais que marcaram a história sindical do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT).

Ao versar sobre a origem do movimento sindical docente em Mato Grosso, remonto-me à década de 1950, quando houve a fundação de associações nos municípios. Porém, somente a partir de 1960, no início da ditadura militar, com a fundação da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil), é que o movimento em Mato Grosso tomou corpo. Houve movimentações no sentido de exigir melhores condições de salários que não foram atendidas, gerando uma

indignação geral dos professores que se organizaram e acabaram por fundar, em 29 de junho de 1965, em Cuiabá, a Associação Mato-Grossense de Professores Primários – AMPP. Naquele momento, devido à conjuntura política, o movimento iniciou timidamente e assim permaneceu, uma vez que o governo da ditadura proibia e censurava qualquer manifestação mais combativa a favor dos direitos dos trabalhadores.

Em 1967, a AMPP foi prestigiada e recebeu um grande impulso institucional, uma vez que sediou o VIII Congresso Nacional da CPPB. Intelectuais e professores de todo o Brasil se fizeram presentes no Liceu Cuiabano. Houve muitos ganhos com a maior visibilidade do movimento sindical docente de Mato Grosso para o país, e também maior intercâmbio cultural. Mesmo com esses avanços, teve conflitos políticos, administrativos e burocráticos, como, por exemplo, no concurso realizado em 1968, em que centenas de concluintes das Escolas Normais Regionais não puderam se inscrever. Tal fato provocou um descontentamento muito grande por parte dos(as) professores(as).

Com a reforma do ensino em 1971, que se efetivou com a Lei 5692/71, o ensino Primário e o Ginásio se fundiram no ensino obrigatório de oito anos, denominado, a partir de então, de 1º Grau. Com essas mudanças, a AMPP transformou-se em AMP, ampliando seu número de associados e fortalecendo a categoria (MONLEVADE, 2001).

Em 1979, com a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, a região do atual Mato Grosso perdeu muita arrecadação, bem como a associação, muitos sócios. O governador da época, Frederico Campos, tomou medidas drásticas como a demissão de muitos servidores, sobretudo da educação, fato que gerou protesto e uma carta de repúdio da associação, levando a uma cisão dentro da categoria entre os favoráveis ao governo e os contra (NETTO, 2011). Nesse mesmo ano, um grupo de renovação se candidatou à direção da AMP, ganhando as eleições e ficando à frente da primeira grande greve do Estado, obrigando o governo a realizar o concurso que se efetivou no ano seguinte (1980), com quase quatro mil vagas.

Por parte do governo, na época, houve a tentativa de sufocar o movimento, com a exoneração de alguns líderes e a intervenção de uma junta governativa formada por professores que apoiavam o regime. Naquele momento, o vice-presidente Prof. Ocanitz de Araújo organizou uma dissidência regional contra o

governo e foi fundada, então, com o nome de Associação Sul Mato-Grossense dos Professores Estaduais (ASPORMAT), com sede em Rondonópolis-MT, a qual existe até hoje, como Sindicato dos Professores da Região Sul de Mato Grosso (SIPROS). Naquele momento em que se discutia uma associação única, a dissidência promovida pelo Professor Ocanitz defendia sindicatos regionalizados, como de fato ocorreu em alguns Estados, como em Mato Grosso do Sul. Mas a tentativa por parte do referido professor foi frustrada. No ano de 1982, no primeiro mandato da Professora Senhorinha Oliveira (Inha) como presidente da Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação, os professores da base iniciaram uma nova greve que alcançou o impressionante reajuste salarial de 102% e 90% como reposição de perdas pela inflação anterior. Novo concurso foi realizado e se efetuaram as progressões previstas no estatuto. Contudo, com a inflação galopante, em 1984, o salário base dos professores da rede estadual valia menos que um salário mínimo. Os núcleos, independentemente da diretoria que permaneceu imóvel, chamaram para uma assembleia geral da AMP e decidiram pelo início de uma nova greve.

A truculência do governo foi marca registrada, ao reagir com violência perante os grevistas e exonerou trinta líderes do movimento, os quais, mais tarde, foram reconduzidos ao cargo. Houve avanços durante o período da greve, dentre eles: um relacionado ao campo econômico e outro ao político, sendo o primeiro a concessão de um piso salarial com aumento gradativo de 1,6 a 3,0 salários mínimos, até janeiro de 1987 e o segundo foi a formação de um grupo de “novos sindicalistas da educação”, com política independente e mesmo de oposição ao governo e práticas associativas da maioria das direções anteriores.

Esse grupo marcou um novo rumo dentro do movimento associativo mato-grossense. Com a eleição da chapa “Novos Rumos”, a AMP ganhou outra característica, como deixa claro o prof. João Monlevade, em sua entrevista:

[...] então a chapa “Novos Rumos” é muito importante, [...] porque ela vai dar uma característica para o SINTEP, que coloca o SINTEP como um dos principais sindicatos de profissionais da educação do Brasil [...]. Por três características, primeiro que a gente mudou a AMP, passou a ter formação, entraram os funcionários das escolas junto, [...] unificou [...]. Os especialistas também com grande resistência tudo, mas entraram. E isso abriu toda uma perspectiva de formação dos funcionários, os funcionários tinham que entrar, mas tinham que entrar em uma perspectiva que eles não iriam ser

merendeiras mais, iriam estudar para assim como professor de formação, o funcionário também ia ter. [...]. Bom, a primeira característica é essa, a segunda é característica de uma luta que a gente ia para base [...] nossa proposta era um sindicato muito para base. [...] a terceira [...] que a principal secretaria por incrível que pareça daqui do sindicato, não era nem a sindical, secretaria sindical, secretaria de organização, era secretaria de políticas educacionais, aí a gente tinha algumas metas fundamentais. Por exemplo, o negócio de 50% de hora-atividade, eleição de diretor, eleição democrática, a formação dos profissionais com qualidade, tanto funcionários como diretores por aí, ou seja, o sindicato além de ser uma entidade que congrega e procura os direitos dos trabalhadores, tinha uma proposta de formação mesmo [...]. Na nossa filiação à CUT, a filiação CNTE quando precisou de um projeto de formação para o Brasil inteiro foi o nosso, o nosso foi adotado, [...]. Tinha os livrinhos [produzidos no sindicato de Rondonópolis] [...], nasceram aqui, aqui no sindicato [...]. (Entrevista - João Monlevade, ago/2013)

Verifico, aqui, a importância que teve a chapa “Novos Rumos” dentro do momento histórico, na fala de uma das principais lideranças da época, o professor João Monlevade. As mudanças ocorreram no nível político, pois uma nova forma de luta, mais combativa, impunha-se naquele momento. E toda essa combatividade e luta acabou por extrapolar o Estado de Mato Grosso, pois, mais tarde, suas principais lideranças levaram essa plataforma de luta à CNTE. Assim, a Confederação assumiu a causa e muitas propostas que haviam nascido no Estado junto com o sindicato acabaram por virar bandeira nacional. Uma nova perspectiva associativa também se formou no início do novo sindicalismo em Mato Grosso, pois havia uma preocupação que fugia ao meramente econômico e ia para as questões políticas e formativas, conforme enfatizou o entrevistado. A AMP, em 1987, transformou-se em Associação Mato-Grossense de Profissionais da Educação (AMPE). E, a partir de então, passou a contar com os demais profissionais da educação. Essas mudanças foram importantes uma vez que o foco central que possibilitou aos professores uma mobilização política no sindicato foi a implementação de uma política de formação de lideranças, que se iniciou com o projeto Tereza Noronha, em Brasília, com o prof. Miguel Arroyo e depois em polos regionais organizados pelo prof. Monlevade, no caso específico de Mato Grosso.

O fato desencadeou resistências corporativas dentro da associação, mas também permitiu o amadurecimento e discussão estadual e, posteriormente, nacional, sobre o ser educador-trabalhador, que contribuiu para a transformação da CPB para CNTE e a contribuição do movimento docente de Mato Grosso que se tornou referência para todo o país e o é até hoje. Sobre isso, bem lembrou o prof.



João Monlevade em sua entrevista, ao afirmar que o material de formação dos trabalhadores da educação é, em boa parte, material oriundo do movimento dos docentes do Estado.

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal e, dentre os direitos conquistados pelos brasileiros, inclusive, aos servidores públicos, estava o de livre associação e sindicalização, sendo assegurada a unidade sindical. No congresso realizado na cidade de Cáceres, nesse mesmo ano, confirmou-se, com ampla maioria de representantes, a diretoria do SINTEP (Sindicado dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso), votando sua filiação à CUT. Toda aquela movimentação e agito durante a transição de um associativismo para um movimento sindical combativo e as mudanças podem ser sentidos na fala de seu primeiro presidente, o prof. Elismar Bezerra quando, em sua entrevista, afirma:

[...] eu fui o último presidente da AMPE Associação Mato-grossense Profissionais da Educação [...] e o primeiro presidente do SINTEP [...] na eleição de 1989. Foi a primeira eleição, primeira eleição do SINTEP que nós tínhamos transformado o sindicato em, a AMPE em sindicato, porque tínhamos conquistado o direito à sindicalização na constituição de 1988. Então imediatamente nós fomos o primeiro sindicato de nível nacional, criado que coincidiu com o congresso. Nós tivemos o congresso e já transformamos de AMPE em SINTEP. Eu fui eleito então como último presidente da AMPE e primeiro do SINTEP. [...]. Na verdade nós estávamos naquele tempo em que havia uma disputa muito grande internamente. O sindicato, a AMPE era presidida pelo Antonio Carlos que acabou tendo uma divergência grande com o restante da diretoria que era constituída por sindicalistas vinculados à CUT e muitos também ao Partido dos Trabalhadores. Então foi uma divergência que não teve jeito de arrumar. Uma divergência que foi se aprofundando, aprofundando de tal que quando nós chegamos ao processo eleitoral, isso teve várias disputas, tivemos a disputa pela filiação da AMPE à CUT. [...]. Então enfim foi um acirramento que resultou em uma disputa entre nós sindicalistas cutistas, [...], contra ele. A chapa dele que naquele tempo era liderada pelo João Bosco, e nós então ganhamos a eleição. Eu, presidente, Marília vice-presidente, e vários outros companheiros integrando aquela primeira chapa. Então ali se afirmou, foi a primeira diretoria e genuinamente cutista. Aí nós tivemos uma transição clara daquele sindicalismo, que tínhamos no Estado já com uma presença muito forte do sindicalismo cutista, para o sindicalismo eminentemente cutista pelo menos liderado pela concepção cutista de movimento sindical. (Entrevista - Elismar Bezerra, jun./2013)

A fala do prof. Elismar confirma o que tem revelado as pesquisas, pois, logo após a promulgação da Constituição “cidadã” de 1988, os funcionários públicos

puderam se sindicalizar. Como só poderia existir um sindicato por base territorial, conforme previa a Constituição, houve algumas disputas internas dentro de várias associações ou sindicatos, pois havia ainda um divisor entre os sindicalistas “pelegos” e os sindicalistas do chamado “novo sindicalismo”, que era um sindicalismo mais combativo e que não aceitava a intervenção estatal.

Esse novo sindicalismo acabou se vinculando à CUT, entidade fundada no auge do período de democratização do país e se tornando a maior central sindical do país.

No percurso histórico das ações coletivas, verifica-se que houve alternância entre momentos de intensa atividade e mobilização com momentos de estagnação. Um dos fatores responsáveis é a própria mudança, como citado anteriormente, do modelo de Estado, fato que interferiu não apenas na forma como o movimento sindical passou a assumir, mas também na maneira como os professores se viam. Mais recentemente, o movimento sindical assumiu postura um pouco diferente. Em vez de ser um sindicato combativo, como nas origens, alguns sindicatos têm preferido trabalhar junto às lideranças políticas e assumir a postura de negociação junto a essa classe para avançar em algumas reivindicações. O seu enfrentamento e luta política têm ocorrido por meio de negociações, segundo Vieira (2009, p. 52), “[...] através da apresentação ou formalização de apoio aos projetos em tramitação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e em alguns casos nas câmaras de vereadores”.

Mas, ao analisar o movimento sindical docente em seus avanços, recuos e estagnação, vale lembrar que o próprio movimento sindical docente possui dificuldades em lidar com alguns temas. Dentre eles, a questão de gênero, pois ainda os debates e discussões no meio acadêmico sobre gênero são relativamente novos. Suas discussões e abordagens, mesmo internacionais, intensificaram-se a partir da década de 1960. Mesmo contando com a maioria de sindicalizados do gênero feminino, a participação das mesmas com sua voz e vez dentro do movimento docente em Mato Grosso é quase invisível. A partir do próximo item, abordarei um pouco sobre o movimento sindical docente e suas relações com a questão de gênero e a participação feminina.

### **5.3 “Para além da sala de aula” \* : A presença feminina em sala de aula e sua participação dentro do sindicato**

Como aponta Vianna (2001), a partir do século XIX quando ocorrem mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, a presença feminina nas salas de aula tornou-se mais comum. Nesse período, os homens passam a abandonar o ensino primário e o surgimento das Escolas Normais vai permitir a entrada cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho.

As mulheres começam a sair do espaço privado (gineceu) e passam a ocupar os espaços públicos, antes delegados e frequentados quase que, exclusivamente, pelos homens.

A carga cultural foi muito forte dentro do espaço das primeiras escolas do século XIX, pois traziam consigo o peso das sociedades patriarcais que viam no trabalho feminino e num espaço feminino como algo secundário, um espaço submisso ou subalterno. Como afirma Apple (2002, p.27), esse padrão “possui fortes raízes históricas - raízes que não podem separar das estruturas mais vastas da classe e do patriarcado fora da escola”. Além da questão patriarcal, havia a domesticação do espaço escolar, pois tudo era planejado e controlado. As atividades deviam ser produtivas, o tempo escolar precisava ser interiorizado e aprendido. A própria formação das professoras, segundo Louro (1997, p.455), “também se faz pela organização e ocupação de seu tempo, pelo uso dos espaços, pelas permissões e proibições para onde ir ou não ir”.

Havia toda uma ritualização e controle simbólico a partir do feminino e isso se dava no como se portar, nas falas, nas posturas, nos comportamentos e nas atitudes, tudo deveria ser pensado, pois as professoras eram o modelo para suas alunas (LOURO, 1997). Com essas posturas de submissão e de uma sociedade patriarcal que exigia os “bons comportamentos”, a escola viveu boa parte do final do século XIX até meados do século XX. De um lado, os homens se firmavam em posições de poder e decisão dentro dos sindicatos e da política, com visibilidade cada vez maior, enquanto as mulheres, com menos tempo para se dedicarem à

---

\* Expressão utilizada pela Prof.<sup>a</sup> Ilma Machado na entrevista de 16 de dezembro de 2013.

militância e com receio de se envolver em atividades que eram vistas como masculinas, distanciavam-se da militância e dos centros de poder dos sindicatos (GINDIN, 2011).

Mas, foi a partir da década de 1960, que passaram a existir mudanças no quadro da educação no Brasil quando o Estado assumiu o processo de massificação da educação. Esse processo é acompanhado de um procedimento de contratação de professores que, muitas vezes, não tinham qualificações suficientes para assumirem os quadros da docência (VIANNA, 2001). Em muitas situações, isso explicava os baixos salários pagos e com atrasos constantes. Esse fato levou ao afastamento dos homens da atividade docente e a maior feminização da docência (VIANNA, 2001).

Aliados aos fatores antes citados, como o descaso com a educação, baixos salários, atrasos constantes, pode-se inferir aos conceitos antes vinculados, pois, por décadas, associou-se, segundo Louro (1997, p. 476), “o trabalho docente ao sacerdócio e à maternidade.” Porém, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e com os tempos que passaram a mudar também a função social feminina, as mulheres alcançaram maior importância na economia familiar e a proletarização do magistério exerceu pressão para que homens e mulheres passassem a exigir melhores condições de salários e de trabalho. As preocupações não eram apenas econômicas, mas também políticas, sociais e culturais. As mulheres já não lutavam mais sozinhas, mas acenava-se, na visão de Louro (1997, p.476), “para a concepção de *categoria profissional*, um discurso que ligava cada professora a um conjunto muito grande de parceiras e parceiros e constituía esse conjunto na forma de um movimento social organizado”.

Conforme Louro (1997), a experiência de entidades que congregavam professores vinha desde o início do século XX, algumas como a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo ou mesmo antes disso. Inicialmente, os objetivos dessas entidades eram meramente beneficentes, bem como promover encontros de formação moral e intelectual dos professores. Com o aumento do contingente de alunos e aumento do número dos profissionais do ensino, as entidades que, antes, eram essencialmente beneficentes, tornaram-se mais combativas. Primeiramente, as associações e, posteriormente, os sindicatos docentes passam a ser constituídos majoritariamente por mulheres. A sua participação, enquanto militantes, mostra-se combativa e elas são a maioria, mas

liderada por uma minoria masculina. Há, dentro do movimento sindical, uma combatividade que passa por uma coletividade feminina e masculina. Mas, em muitas situações, a participação feminina mais efetiva no movimento sindical é vista com ressalvas e, muitas vezes, com desconfiança, pois, conforme Louro (1997, p.477), “A decisão de se engajar no movimento mobiliza e coloca em xeque muitas das referências ao papel e função da professora.” As mulheres, além de serem professoras e abnegadas, dedicadas, como quer a sociedade, são também companheiras e mães. As suas jornadas não acabam na sala de aula, ou na escola, mas ultrapassam esses limites físicos. Assim, as professoras se constroem e se constroem, enquanto sujeitos sociais, dentro de uma perspectiva, muitas vezes, anacrônica, ou contraditória, pois, ao mesmo tempo em que elas buscam a emancipação social, política, econômica e cultural, elas se veem presas diante de posturas que a sociedade espera e lhes impõe. Conforme Louro (1997, p.477-8), “As mulheres que estão nas escolas hoje se constroem, portanto, não somente pelas e nas práticas cotidianas imediatas, mas também por todas as histórias que as atravessaram”.

O processo de feminização do magistério no Brasil acabou sendo associado às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira (VIANNA, 2002). Essas heranças podem ser vistas e confrontadas até os dias de hoje. O próprio movimento sindical tem tentado combater essas mazelas da massificação do ensino público no Brasil. Uma prova disso é a constituição de uma Secretaria de Relações de Gênero dentro da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), bem como dentro do SINTEP/MT há uma secretaria de Relações de Gênero.

Porém, como afirma Ferreira (2008):

[...] só muito recentemente a presença das mulheres no mundo do trabalho vem sendo examinada em sua especificidade - isto é, quando se deixa de ver o trabalho feminino como simples subproduto do trabalho em geral. Seus antecedentes provêm da própria discussão de feministas sobre a divisão sexual do trabalho. (FERREIRA, 2008, p. 20)

Diante da invisibilidade que havia entre as questões de gênero, os próprios sindicatos tiveram dificuldades, no início, de lidar com o tema. Porém a evidência foi ficando clara e notória e as discussões passaram a ser um tema mais frequente, não

só dentro dos sindicatos, mas também dentro dos partidos e, em várias instâncias, a questão de gênero passou a ser a pauta da vez.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, é que se passou a discutir a questão das cotas. Segundo a fala da professora Ilma Machado, umas das lideranças femininas, essa discussão veio de dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) e pessoas que militavam no partido trouxeram a debate para o movimento sindical docente em Mato Grosso.

Há toda uma gama social que exige das mulheres o compromisso não apenas como professora, mas como mãe, como esposa ou companheira. Em sua fala, a professora assim se expressa:

[...] a mulher ela vai, ela participa, mas quando chega [...] na hora de compor os cargos majoritários acabam ficando os homens. Então tem um processo de mudança, uma questão cultural, uma questão de gênero que acompanha. Que a gente até superou um pouco a questão de gênero, mas tem muito a ver com a própria divisão do trabalho em casa. Como que você assume, se você tem família, tem que lidar com essas questões dos filhos, dessa distribuição para propiciar que também os dois possam participar. Ou que possa facultar ou possibilitar a participação da mulher. Então penso que ainda tem essa questão de que às vezes ele fala mais forte, ele fala mais firme em casa. Então acaba deixando ele. Mas em grande parte que é por essa limitação do cuidar da casa, da família, que a mulher ainda acaba assumindo mais. Mas não resta dúvida que já avançamos bastante. Mas nem por isso a participação da mulher no sindicato, ela foi ao longo desses anos na história do SINTEP foi diminuta, muito pelo contrário. (Entrevista - Prof<sup>a</sup>. Ilma Machado, dez/2013)

A jornada de trabalho em casa, na escola e as inúmeras atividades que, muitas vezes, acabam sendo responsabilidade quase que unicamente feminina sobrecarregam a mulher, dificultando a sua participação no movimento sindical de maneira mais contundente, ou de maneira mais próxima, pois a sua presença se faz necessária, além da escola, no ambiente familiar. Assim, a sociedade patriarcal se faz forte e patente.

Pode-se ter a noção de que, muitas vezes, ela precisa abnegar de suas conquistas, de sua luta. Isso acontece porque, onde as *relações sociais de poder* são fortes, ela se vê presa, sufocada e, numa situação de trabalhadora, proletária, acaba se sujeitando aos ditames sociais, políticos e culturais e, mesmo numa tentativa enorme de resistir, ela acaba por sucumbir e se submete à sociedade machista, patriarcal, ficando sem forças para exigir melhores condições de trabalho

e melhorias na educação e na sociedade. Essa é uma das facetas da mulher, mas Louro (1997) não a vê apenas como uma pessoa submissa e sim como pessoa lutadora, batalhadora que corre e conquista seu espaço social. Mesmo contra todas as *relações sociais de poder*, consegue provar para si e para a sociedade que ela pode, que ela é diferente. Por isso, pensar a mulher, a educadora, a sindicalista, segundo Louro (1997):

[...] apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que, mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas também foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. (LOURO, 1997, p. 478-9)

Sobre esse prisma, deve-se pensar não só a mulher, mas a presença feminina em todo o movimento sindical docente, numa coletividade com suas diferenças de classe e de gênero, pois, conforme Apple (2002, p.27), “os professores não são apenas actores de classe. Também são actores de gênero”.

## 6 O SINDICALISMO E A FORMAÇÃO POLÍTICA NA VOZ DOS PROFESSORES: ANÁLISES

Você me pergunta  
Aonde eu quero chegar  
Se há tantos caminhos na vida  
E pouca esperança no ar  
E até a gaivota que voa  
Já tem seu caminho no ar  
*Raul Seixas*

A observação participante permitiu colher informações importantes que apenas nas entrevistas narrativas não poderiam ser adquiridas. Observar os discursos inflamados dos líderes sindicais nas assembleias, o comportamento dos professores, ora apoiando, ora rejeitando as propostas durante os períodos de greves, de debates, de movimentações, de passeatas, foi essencial para uma leitura mais aprofundada das práticas sindicais. A compreensão do cotidiano, das posturas e manifestações em muito contribuiu para a interpretação dos dados e dos documentos dos quais fiz uso. Esse foi um processo construído duplamente pelo pesquisador e pelos autores sociais envolvidos no movimento, nas viagens, nos corredores, na rua, nas assembleias, entre outros espaços. Realmente, foi um fazer-se e formar-se continuamente, num caminho que possibilitou minha (re)construção identitária como militante que se forma nas contradições, nas lutas, nas crises (DUBAR, 2009).

Assim, a partir da coleta de dados de uma forma vivencial no sindicato, passo a descrever minhas análises com base nas observações e nas entrevistas. Para a elaboração da análise, extraí recortes de registros das observações participantes, os quais foram anotados da seguinte forma: (Observação Participante - Eder Diniz- Ano). As entrevistas foram identificadas como: (Entrevista - nome do colaborador, mês/ano).

As análises foram desenvolvidas em três eixos norteadores, sendo eles:

Eixo 1 - As contribuições históricas que os sindicalistas trazem a respeito da formação política no SINTEP/MT.

Eixo 2 - A formação política do SINTEP/MT e suas contribuições para a constituição da identidade docente dos professores da escola pública: uma percepção a partir dos sujeitos da pesquisa;



Eixo 3 - O professor que participa ou participou do movimento sindical, no SINTEP/MT e sua compreensão sobre as influências da sua formação no chão da escola.

Para subsidiar as análises, trago, como teóricos sobre a constituição da identidade docente: Carlos Marcelo (1992), Nóvoa (1992) Mascarenhas (2002) e Silva (2006) e para a formação política docente, apoiou-me em: Ribeiro (1995), Souza (1996), Monlevade (1996), Vieira (2009), Ferreira (2007), Vale (2002), Mascarenhas (2002). Ao abordar sobre o movimento sindical no Brasil e sindicalismo docente e a componente histórica, social e política, utilizei-me dos estudos de Gindin (2006), Monlevade (2007), Boito Jr. (2005), Galvão e Rosso; Cruz e Rêses (2011), Vale (2002) e Souza (1996) e, para abordar sobre o sindicalismo docente em Mato Grosso, contemplei: Alencar (2013), Netto (2011) , Henrique (2010), Zanon; Rocha (2007).

Analisando o eixo um, exponho as entrevistas dos sujeitos sindicalistas e professores sindicalizados sobre:

### **Eixo 1 - As contribuições históricas que sindicalistas trazem a respeito da formação política no SINTEP/MT**

Dentro do movimento sindical, os militantes, sejam eles lideranças ou os demais professores, são desafiados constantemente no contexto de sua realidade a se posicionarem sobre as questões sociais e políticas.

Os sindicatos disponibilizam, frequentemente, formação para seus filiados ao longo da história e o SINTEP/MT não é diferente, pois sempre se preocupou com esse aspecto, desde a sua fundação.

O prof. João Monlevade, ao falar sobre a formação dada aos sindicalistas, aponta, nas origens, como se pensou a formação dentro do movimento sindical em Mato Grosso. É interessante a sua fala, pois ele acompanhou de perto as origens da formação dada aos professores no Estado. Ele é referendado como a história viva do movimento sindical em Mato Grosso, tendo sido um dos organizadores da formação sindical no SINTEP/MT, bem como um dos autores dos livros de formação. Assim se pronuncia o professor João Monlevade:

[...] uma coisa é a formação dos professores, funcionários e pedagogos, e a nossa contribuição no sindicato com proposta e tal. Outra coisa é o papel de formação política sindical dos associados [...] elas duas no caso o SINTEP, vieram juntas. Vieram juntas e chegou a um momento em que o sindicato passou a ter o modelo de formação, e esse que eu falei para você que exportou para CNTE e que foi adotado pelo Brasil inteiro como proposta a outra coisa a anterior. Nós influenciando na educação do Mato Grosso, então poxa! Queremos que haja hora-atividade para que haja formação continuada na escola [...] formação continuada e tal e nós somos os responsáveis por isso no Brasil inteiro [...] entendeu aqui e fora e hoje tá lá na lei do piso [...], em outras palavras a gente fez um trabalho estruturante, um trabalho mesmo não de respostas, de reflexo. Ah! Estamos formados, vamos dar um cursinho. Não, a gente bolou uma coisa muito estruturante pro país [...]. (Entrevista - João Monlevade, ago.2013)

O prof. João Monlevade trouxe importante contribuição histórica ao registro da formação política do sindicato em Mato Grosso. Essa formação se construiu no diálogo, nos enfrentamentos, nas lutas, debates e nos anseios da categoria. Ao fazer essa explanação sobre o início do movimento sindical em Mato Grosso, o prof. João Monlevade apontou as diferenças entre um movimento feito na luta e o feito na coletividade. O movimento realizado na luta avança com a formação, os debates, o material produzido e as discussões políticas, mas também avança na politização dos sindicalizados que participam do coletivo da escola, pensado em longo prazo, que vai se construindo no percurso, com o outro.

Em seu trabalho, Almeida (2000) aponta a importância de construção do sujeito coletivo que, ao mesmo tempo, é um sujeito a ser construído no espaço escolar, mas não apenas nele, mas também no espaço sindical. Isso porque o espaço da formação contínua é um lugar de construção coletiva, profissional e organizacional, auxiliando para a emancipação profissional e para a autonomia na produção dos seus saberes e valores, algo que os líderes sindicais reconhecem, valorizam e participam dentro da formação docente. A formação do professor que se faz também na prática sindical, extrapolando o ambiente escolar, constitui-se em um lócus de formação permanente. A formação política e docente constitui-se, também, em uma consciência sindical através da luta de classes. Isso quer dizer que essa formação vai para além dos muros escolares, pois se faz em praça pública, nos enfrentamentos com as forças repressoras do Estado, nas falas, nas ruas e nas estradas com pó ou barro, pois se trata de um fazer e de um crescer na militância.

A educação, então, consiste em um ato político como afirma Gadotti (2004, p.88): "se educar é conscientizar, a educação é ato essencialmente político. Portanto, ninguém educa ninguém sem uma proposta política". Pode-se afirmar que o projeto de formação proporcionada pelo SINTEP estava consubstanciado em uma proposta política de formação do ser humano.

O sindicato tem isso presente em suas ações e em sua luta, pois a luta não é apenas econômica, mas é também social, política e cultural. A esse respeito, é interessante a fala do líder sindical prof. João Monlevade que narra sobre a sua luta pela filiação e ampliação dos quadros do sindicato. Nesse ponto, Monlevade traz importante contribuição histórica na narrativa que segue:

[...] eu sozinho filiei mais de oito mil pessoas, sozinho, [...], no modo de dizer, pegava o carrinho, um corcel, depois uma belina, e depois uma Brasília e íamos filiando gente para todo lado de tal maneira que essa greve de 84, rapaz foi um acontecimento. Você imagina Cuiabá bem pequenininha e daqui a pouco você trazer 4, 5 mil pessoas pra cá para uma passeata [...] foi um negócio muito bonito [...].  
(Entrevista - João Monlevade, ago.2013)

No depoimento emocionado do prof. João Monlevade, observa-se que a prática sindical vai além da luta financeira, provocando uma reflexão no sujeito, sobre a sua tarefa de formar pessoas numa sociedade desigual. Ao mesmo tempo, ele assume postura de responsabilidade que o faz agir como agente de transformação da realidade escolar e do grupo ao qual pertence e defende.

Em sua fala, esse professor aponta as diferenças entre a formação profissional (profissionalização), promovida pelo sindicato docente, que auxiliou e contribuiu para que ocorresse um processo de profissionalização dos funcionários e professores, mas também assinala a importância da formação política, agenciada pelo sindicato.

A formação política é algo construído, pensado, voltado para a conscientização e formação de profissionais da educação. Assim, os mesmos terão condições para que possam pensar e trabalhar em prol de uma educação escolar que permita mudanças e melhorias sociais. Melhorias essas que passam pela postura docente em sala de aula, na escola e no ambiente em que vivem, onde os profissionais da educação que são militantes possam fazer uso da sua formação política também em sala de aula, tendo em vista maior politização dos seus alunos, frente aos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos.

Daí a importância da formação sindical e política e esta ser também um espaço de identificação de classe, de lutas, de debates, de reflexão e ação que possam levar a mudanças sociais. É um construir-se num processo constante. Para tanto, reporto-me a Nóvoa (1997), quando este afirma:

[...] a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir em pessoas* e dar um estatuto ao *saber da experiência*. (NÓVOA, 1997, p.25 - grifos do autor)

Assim como propõe Nóvoa, entendo ser fundamental investir na formação contínua, algo que o sindicato sempre se propôs a fazer e tem feito. Uma formação voltada de acordo com as necessidades e desejos dos professores. Formação dentro da sua realidade e da sua prática, seja ela no espaço sindical ou no espaço escolar. É um construir-se na luta, no chão da escola e junto ao coletivo escolar. Uma formação política e sindical que esteja voltada para a realidade que cerca os professores.

## **Eixo 2 - A formação política do SINTEP/MT e suas contribuições para a constituição da identidade docente dos professores da escola pública: uma percepção a partir dos sujeitos da pesquisa**

Na fala do professor Carlos Abicalil, ele frisa a formação dada pelo sindicato e a importância para a constituição da identidade docente e de classe, ao ponderar que:

[...] a educação e a formação política viabilizada pelo sindicato como identidade de classe, como possibilidade de aglutinar pessoas, de reunir, de promover encontros, debates, conflitos e produzir conhecimento. Formação de política pública, eu ainda não vejo, nesses 51 anos que tenho, uma organização que tenha potencializado maiores oportunidades. Existem aquelas que validam isso, mas não que a substituam o que com elas ainda concorram. Mesmo o partido político, é porque no sindicato há uma distinção de diferenças, que são potencializadas que o partido não permite que a igreja e religião não permitem. Como ali nós estamos lidando com uma identidade que é fundamentada no seu exercício de trabalho, você convive com as diferenças que não [dividem]. (Entrevista - Carlos Abicalil, ago.2013)

De acordo com o depoimento do professor Abicalil, o sindicato possui importância fulcral na formação e constituição de uma identidade política docente. Nesse viés, o sindicato, segundo o entrevistado, convive com as diferenças e as respeita o que permite maior crescimento dentro das diferenças. Mesmo nas diferentes posturas e tendências políticas de seus sindicalizados e de suas lideranças e dos fortes debates e contradições internas, o sindicato não perde o seu foco. Além da formação política, identifica e denuncia também as mazelas sociais e, nesse sentido, o sindicato é um local que proporciona esse espaço. Claro que ele não é o único espaço de formação, porém é um dos poucos lugares onde é possível trabalhar a formação política de forma mais contundente, uma vez que os demais locais formativos, em Mato Grosso, nem sempre a contemplam. A formação política, no sentido da construção do sujeito comprometido com o desenvolvimento humano, acaba também por ser uma responsabilidade do sindicato. Nele, há uma discussão, um amadurecimento e debate, propondo não só educação de qualidade social, mas uma sociedade mais humana, mais fraterna e mais igualitária.

Outro local de formação é o Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO), porém, como alerta Rodrigues (2004), o CEFAPRO, sendo um órgão a serviço do Estado, acaba trabalhando a formação de acordo com os ditames estatais. Devido a isso, a sua formação torna-se prescritiva e fragmentada, não conseguindo avançar com as temáticas que envolvem a formação política.

Sob essa óptica, a formação dada no sindicato tem forte caráter político e, mesmo abordando questões pedagógicas, o seu domínio é a formação política, pois através dele é possível mostrar as injustiças e mazelas sociais e, a partir daí, criar também a consciência de classe. Essa formação, muitas vezes, está ligada não somente ao sindicato, mas pode vir, inclusive, de uma formação pré-sindical, pois ela vem sendo composta ao longo da vida, junto aos movimentos sociais anteriores ao sindicato, constituindo e construindo uma identidade política, que se faz e se produz nas adversidades, mas também na identificação com os seus pares, nas diferenças e nas igualdades.

Neste estudo, especificamente, todos os sujeitos, líderes sindicais entrevistados vêm de um engajamento em outros movimentos sociais, sejam eles do estudantil, partidos políticos e, principalmente, da Igreja Católica. Nesse caso, esta pesquisa não foi a única a identificar esse fator, pois Vale (2002) também revelou isso em sua análise. Ela, assim, aponta:

[...] atribuindo sua formação à própria militância, os líderes sindicais destacam alguns espaços organizacionais responsáveis por sua formação política: a Igreja, notadamente no envolvimento com os Movimentos de Jovens, nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, no Movimento Pastoral – [...], no Partido dos Trabalhadores – PT, nos Centros Cívicos, no Movimento Estudantil. Atribuem também sua formação aos cursos de formação sindical, oferecidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação, pela CUT ou pelo Partido dos Trabalhadores. (VALE, 2002, p. 213)

Partindo do pensamento de Vale, pode se inferir que a Igreja Católica ocupou um espaço importante no processo de formação política de novas lideranças. Por meio das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), que preparavam muitos líderes para o fortalecimento dos movimentos sociais, auxiliado, também, pelo pensamento da teologia da libertação, o movimento reivindicatório e contestatório ao regime militar se solidificou. Muitas lideranças sindicais surgiram naquele momento ímpar da história política brasileira, pois, durante a ditadura militar, no Brasil, a igreja e os movimentos ligados a ela eram pontos nevrálgicos de formação política e onde se formaram muitas lideranças sindicais docentes. O movimento social católico foi importante na fase pré-sindical dos líderes classistas; mas outros movimentos sociais também contribuíram, tais como os movimentos estudantis e os próprios partidos políticos.

A formação é feita na militância, em outros movimentos, na experiência e participação. Observa-se a importância da militância, mas também da teoria; uma complementa a outra. Toda essa atividade e luta contribuem para o amadurecimento e formação política e engajamentos nas lutas sociais e abertura política, durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), ou ao final da ditadura e início do período de redemocratização do país. Colhi alguns excertos dos líderes, que comprovam isso. Como o líder João Eudes assim frisou:

Tanto como estudante secundarista, como estudante universitário participei do movimento estudantil. Mas antes havia passado pelo movimento católico, nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base. Como estudante secundarista a gente auxiliou e participou da formação de grêmios estudantis, inclusive na própria escola onde eu fazia o ensino médio. Participamos da campanha pelo voto aos 16 anos. Também na universidade participei do movimento estudantil seja como presidente de curso acadêmico do curso de história e depois como membro do colegiado de departamento de cursos. Também participei no partido político aonde a gente tinha atuação junto ao Partido dos Trabalhadores e também no movimento pastoral católico. (Entrevista - João Eudes, mai/ 2013)

Outro depoimento foi de Carlos Abicalil que deixou clara a sua participação nos movimentos sociais como um local de formação que o ajudou, posteriormente, na constituição de sua identidade sindical. Ele, assim, externalizou:

[...] trabalhamos também com a organização comunidade de base, nós éramos poucos, 06 (seis) seminaristas, nesse período propedêutico alguns já tinham feito filosofia e voltaram, outros estavam iniciando nesse momento e na sequência eu fui ao mosteiro de São Bento cursar filosofia, enfim cheguei ao 1º ano de teologia no momento em que a igreja passou pela chamada grande disciplina. Na ascensão do João Paulo II e que evidentemente trouxe muitas alterações na formação teológica [...]. (Entrevista - Carlos Abicalil, ago/ 2013)

Além dessas duas lideranças, o prof. Elismar Bezerra também pontuou a sua participação dentro dos movimentos católicos das Comunidades Eclesiais de Base, também conhecidas como CEB's, quando ainda morava no norte de Mato Grosso:

[...] claro terem uma relação de admiração e algum contato ainda que pequeno com a prelazia de São Félix do Araguaia, com Pedro Casaldáliga. Aqueles outros padres, padre Pedro, os outros todos da prelazia, enfim, e a gente ter a minha família uma relação também com eles. Eu crescer vendo o Pedro lá, o bispo Pedro lá em casa, essa coisa toda [...]. (Entrevista - Elismar Bezerra, jun/ 2013)

Identifica-se que havia a luta e a formação de uma identidade política que se processa no caminhar, culminando com a entrada e participação dentro do movimento sindical. A luta nesse movimento também foi intensa e se processou dentro de um contexto histórico, marcado pelo final da ditadura militar em 1985. Diversos fatores históricos levaram as lideranças a situações e locais variados a participarem em diferentes movimentos sociais os quais foram muito importantes dentro desse ativismo. Dessa feita, há o fortalecimento do movimento no Estado de Mato Grosso, pois as principais lideranças já estavam constituindo uma identidade política em outros grupos. Pode-se afirmar que a sua participação dentro do movimento sindical docente foi o culminar de um processo elaborado durante o percurso e foram se constituindo líderes, formadores e professores combativos, a favor de um novo momento histórico e político no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Em sua fala, o prof. Carlos Abicalil afirma como se dava o enfrentamento e como se formava a solidariedade tão necessária, até mesmo por questão de sobrevivência. Seu testemunho é bastante emblemático nesse sentido ao narrar:

[...] os contratos eram renovados, e interrompidos a cada período letivo, na época nós passávamos até uma gestação sem receber salários: 8, 9 meses. Isso também desenvolveu em alguns grupos como é caso do meu, uma prática de solidariedade, inclusive para sobrevivência comum. Portanto formava as pequenas comunidades, ou de duplas, ou de trios quase república [...], nesse sentido, e ainda que a gente não habitasse na mesma casa, compartilhávamos as nossas condições de sobrevivência. Isso criou muitos laços importantes, também como referência que se espalhou depois pelo estado quando cada um de nós assumiu também na sua perspectiva de carreira outras, outras orientações no ponto de vista de sua localização, de seu novo endereço. Favorecendo também a nucleação do sindicato e proliferação dessas condições [...]. (Entrevista - Prof. Carlos Abicalil, ago./2013)

Por meio de seu depoimento, ficou evidente que a participação ou militância ajuda a formar uma identidade política e sindical. Além disso, na necessidade, os professores se unem, solidarizam-se, cria-se uma unidade, ou uma identidade de classe que, segundo Mascarenhas (2002, p.47), é um “esforço simbólico de libertação de determinismos sociais, nos quais são criadas leis, realidades, utopias e solidariedades.” Nesse sentido, graças a um conjunto de práticas concretas, de apoio, de união do sindicato, foram criados laços que se perpetuaram conforme apontou o Prof. Carlos Abicalil. Somente através da coletividade e nela, são possíveis os enfrentamentos frente à realidade degradante, em que o capital, nesse caso, representado pelo Estado, explora e aliena.

No caso específico de Mato Grosso, ainda havia a não observância das reivindicações do sindicato docente, dentre elas: realização de concurso público a cada dois anos; posse imediata de todos os profissionais da educação, aprovados e classificados no concurso público, para preenchimento das vagas livres; perícia médica nos locais próximos aos locais de lotação dos profissionais e, onde não houver, criar convênios com o INSS; definição de prazo para tramitação dos processos de aposentadorias na Secretaria de Estado de Administração (SAD); aplicação integral dos 35% das receitas de impostos e transferências constitucionais, determinados pela Constituição Estadual,

Como se verifica, dentre as reivindicações não há apenas exigências econômicas; elas ultrapassam esse ponto, indo para questões que dizem respeito a garantias já conquistadas, mas que, ainda, não foram incorporadas pelo Estado em suas políticas públicas, como é o exemplo da aplicação integral dos 35% das receitas de impostos para a educação. Daí decorrem os debates, discussões e



tentativas do sindicato docente em defender essas conquistas e avançar com outras. Porém nem sempre o Estado resolve conceder essas prerrogativas ou, quando o faz, é a “conta gotas”. Ao participar e observar os discursos, as manifestações, passeatas e cursos de formação sindical, pude constatar uma participação ativa, com discussões que envolviam não somente as questões econômicas, mas políticas e sociais.

A luta se faz no coletivo, com a ajuda do sindicato, numa tentativa de mudar a realidade, construir consciência de classe contra a exploração e resistir sempre contra vicissitudes impostas pelo Estado Neoliberal. Como afirma Carvalho (2005):

[...] processo de construção coletiva possibilita que o sujeito tome consciência dos limites e possibilidades de sua ação. Portanto, para que esse processo seja significativo, deve estar sempre presente o modo de fazer o horizonte da relação entre o eu, o nós e os outros. (CARVALHO, 2005, p. 73)

É a coletividade construída num espaço de pares que permite, também, maior conhecimento de si e proporciona maior autonomia para que o sujeito possa também se reconhecer como agente transformador da realidade que o cerca. Nas manifestações dos sindicalistas, pode-se observar que a constituição da identidade política já está sendo formada antes mesmo da militância sindical docente. Os líderes sindicais, em suas trajetórias, passaram por um conhecimento sindical que lhes oportunizou o amadurecimento político que os acompanha, ainda hoje, junto ao movimento sindical, cuja identidade foi se formando no contexto e nas contradições dos movimentos sociais nos quais participaram.

Esse conhecimento vai também para o cotidiano escolar e lá são discutidos, debatidos assuntos pertinentes à coletividade e à comunidade. Como aponta Tardif (2010, p. 237), ao se referir aos professores e seus saberes, que a identidade está intimamente ligada aos saberes da profissão e, nesse sentido, saberes e práticas, constituem o fazer-se docente:

[...] a prática deles, ou seja, seu trabalho cotidiano, não é somente um lugar de aplicação de saberes produzidos por outros, mas também um espaço de produção, de transformação e de mobilização de saberes que lhe são próprios. (TARDIF, 2010, p. 237)

As discussões e debates dentro do ambiente escolar permitem maior esclarecimento e politização dos professores e a participação dos sindicalistas nesses debates na escola permite mais conscientização. Na fala do líder sindical local, podemos observar tal fato:

[...] daí vou falar da minha experiência pessoal, àqueles e àquelas que têm participado, tem acompanhado com certa proximidade, a discussão em relação... É aquilo que o sindicato tem pensado tanto no âmbito das políticas, macros, das políticas públicas, como também das políticas. Ele tem outra postura de discussão lá no interior da unidade escola. O profissional que tem uma participação efetiva atuante ele consegue visualizar quando vai discutir o âmbito da organização pedagógica no interior da escola. Essa questão, portanto, ele tem como definir posições, pensar proposições que afinam com aquilo que o sindicato tem alertado, aquilo que ele tem apontado. (Entrevista - João Eudes, maio/ 2013)

Em seu depoimento, o prof. João Eudes foi enfático ao abordar a importância da formação sindical, política e a diferença que ela faz junto aos professores sindicalizados. Essa formação, além de contribuir para o debate e conscientização política, tende a melhorar a percepção e a prática pedagógica, ao refletir e analisar a sua prática em sala de aula, ao permitir novas posturas e atitudes humanas e éticas do professor. Nessa perspectiva, podem-se notar diferenças entre os professores que lutam em conjunto, na coletividade, pois, segundo Vicentini e Lugli (2009), eles:

[...] remetem para uma dimensão coletiva da docência, pois ao articularem opiniões de seus integrantes numa espécie de negociação - que, evidentemente, não se dão sem conflitos - elas contribuem para produzir e veicular representações do grupo a respeito do seu trabalho e da sua posição no espaço social. (VICENTINI; LUGLI. 2009, p. 96)

Os professores percebem que podem vivenciar e transformar o seu jeito de ser, de pensar. Ao fazerem isso, eles levam essas experiências às reuniões coletivas e fazem a diferença nas suas aulas, nas suas exposições junto aos alunos. Dessa forma, os professores vão se elaborando no coletivo, constituindo uma identidade e estruturando o seu espaço profissional (VICENTINI; LUGLI. 2009).

Nesse sentido, como aponta Nóvoa (1997), o desenvolvimento profissional é estimulado pela formação, levando à autonomia da profissão docente, promovendo a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional, tornando-se protagonistas na implantação das

políticas educativas. Daí, a importância desses professores assumirem, também, esse compromisso frente ao sindicato e frente aos colegas.

A formação tem como princípio levar as pessoas a uma reflexão e a uma ação, com o propósito de mudança em prol de medidas que possam ajudar nas transformações, criando um processo de solidariedade entre os professores e uma nova postura política, profissional e ética. Constatei haver importância sobre a formação política e sindical e que a mesma faz a diferença junto ao coletivo da escola em que participa ativamente. Essa atitude é sentida na escola por professores, pelos alunos e também pelas lideranças sindicais que acabam tendo um *feed back* de seu trabalho enquanto lideranças.

A formação é fundamental para a constituição de uma identidade política docente, pois é a base para um melhor entendimento das questões que perpassam a educação e os seus meandros políticos. Especificamente quanto ao SINTEP/MT, que desde a sua fundação se preocupou com a formação política e que, por meio dela, constituiu-se e se fortaleceu como entidade representativa dos profissionais da Educação Básica no Estado de Mato Grosso. E foi por meio da formação que surgiram novas lideranças e militantes mais combativos e atuantes junto ao coletivo da escola. As novas lideranças chegam com vivências e experiências diferenciadas daquelas que as lideranças históricas já experimentaram. Não passaram por processos históricos mais traumáticos, como a ditadura militar (1964-1985), ou por governos estaduais que ficavam meses sem pagar os salários dos professores e demais profissionais da educação. Isso leva a ter diferentes posturas sindicais e de discursos, frente aos professores militantes. Porém, é na luta, nas divergências, nos embates e atritos internos e externos que se produz uma nova identidade política.

No entendimento de Vieira:

[...] com a participação do movimento sindical, o professorado constrói suas identidades sócio-profissionais, uma vez que os sindicatos promovem a discussão sobre o exercício da função docente, captam os anseios de seus integrantes e os transformam em reivindicações coletivas, as quais são dirigidas ao Estado. (VIEIRA, 2009, p. 9)

Ao registrar o tema da pesquisa nos Recortes de Observação Participante (O.P.), assim anotei:

[...] na manifestação pública, ocorrida hoje, dia 23/04/2013, verificamos uma paralisação com a adesão maciça dos professores da rede pública municipal e estadual em Rondonópolis. A pauta foi bastante ampla, discutindo desde a reposição das perdas salariais, a notícia falaciosa veiculada nos meios de comunicação pelo governo do estado dizendo que os professores haviam recebido 86% de valorização do piso salarial. Também foi exposto o descaso com a infraestrutura das unidades escolares, dentre outras reivindicações. (Observação Participante – Eder Diniz - 2013)

O movimento sindical tem uma força que mobiliza ainda a sociedade civil e educacional, tanto que os debates e formação política sindical têm contribuído para maior politização dos docentes.

Ao participar das manifestações na praça e depois na Câmara Municipal de Rondonópolis, no dia 24 de abril de 2013, uma articulação junto à sociedade civil se fez presente. A participação contou com apoio de pais, estudantes, da academia e sociedade civil, através do apoio às manifestações. O relato da observação ficou assim registrado:

[...] a mobilização organizada contou com a participação e apoio da câmara municipal de Rondonópolis, através de seus vereadores que abriram espaço para a fala dos líderes sindicais da subsede de Rondonópolis. Os vereadores se dispuseram a apoiar a causa da escola pública de qualidade e falaram sobre a importância da defesa da escola pública de qualidade. Ao final do discurso tanto os líderes quanto os vereadores que fizeram a fala foram ovacionados pelos professores presentes na câmara municipal de Rondonópolis. (Observação Participante – Eder Diniz - 2013)

Verifiquei que, a partir da mobilização do movimento classista, que havia feito um trabalho de arregimentação nas escolas e na imprensa sobre o verdadeiro motivo da paralisação, passou-se a contar com o apoio da comunidade, de pais, alunos e da sociedade civil. A postura do sindicato foi de utilizar novas estratégias, fazendo o uso da imprensa falada, escrita e das redes sociais para poder divulgar sua bandeira de luta e plataforma de reivindicações. Tal fato seria impensado pelas lideranças sindicais históricas que não dispunham de todo esse aparato da mídia ao seu dispor. Por isso, foi importante essa preparação política para tomada de consciência junto à sociedade. O sindicato saiu fortalecido para uma nova luta frente ao governo, em favor de melhorias e da qualidade de ensino e em prol das reivindicações econômicas e políticas porque, por ocasião da greve, sendo esta longa e desgastante, o sindicato já estava consciente de que, se o governo não

atendesse as suas imposições, a paralisação iria acontecer. E de fato, como o governo não acatou as reivindicações dos professores após tentativas frustradas de diálogo, optaram pela greve. Durante o período de discussões e debates em que me fiz presente nas assembleias e também no dia dessa decisão grevista, registrei:

[...] há mais ou menos 50 ou 40 minutos, foi encerrada a assembleia geral na escola Médici, em Cuiabá [...] no dia 5 do mês de agosto. E ficou definido pra segunda-feira então, que se iniciará a greve, paralisação geral, dos educadores do ensino público do Mato Grosso. Ficou também decidido que a partir de agora eles ficarão [...], em assembleia permanente e assim que o governador do estado definir por atender as reivindicações, eles retomarão o trabalho [...]. (Observação Participante – Eder Diniz - 2013)

A greve foi e é um momento de reflexão e de construção de identidade política, identidade essa que se faz na práxis, onde homens e mulheres produzem a si mesmos, onde concretizam sua identidade, onde o devir humano é o de consolidar-se enquanto ser pensante e atuante para as transformações e melhorias sociais (CIAMPA, 2001). A greve ajuda os professores a se fazerem, a se identificarem e a lutarem. A coletividade se expressa na luta, no movimento, nas manifestações e reivindicações e o sindicato é a expressão máxima desse movimento, dessa feitura identitária. Como afirma Souza (1996):

[...] apresenta um conteúdo de aprendizagem, um processo em que a informação e o conhecimento aparecem como elementos de construção de uma relação de confiança entre os professores da escola e também entre estes e a direção do movimento grevista. O medo e a insegurança que acompanham qualquer trabalhador no momento de tomar a decisão sobre a adesão ou não à greve, também são sentidos pelos professores (SOUZA, 1996, p. 148)

Dentro do movimento sindical, esse é o momento em que se reconhecem aqueles que são “pau para toda obra”, ou seja, os professores que estão no movimento e que lideram de alguma forma e que são expressão. As lideranças, muitas vezes, recorrem a esses professores para pedirem apoio às manifestações, para puxarem a linha de frente. Nesse momento, há uma linha invisível de confiança e reciprocidade, pois as lideranças sindicais precisam contar com os professores e os professores precisam das lideranças na hora de falar com o governo, de argumentarem e reivindicarem em nome da classe.

A formação sindical dada às lideranças lhes proporciona um amplo e profundo conhecimento político, cujas bases são fundamentais para poder discutir e exigir do

Estado melhores condições de trabalho e a ampliação de direitos dos trabalhadores em educação e uma educação de qualidade social. O SINTEP/MT tem por finalidade atingir vários objetivos, segundo o caderno de textos (SINTEP/MT, 2013, p.49), dentre eles: promover a união e integração de todos os trabalhadores do Ensino Público mato-grossense; defender intransigentemente os interesses dos sindicalizados e representá-los coletiva e individualmente perante qualquer autoridade administrativa e jurídica; reivindicar, dos poderes políticos, a valorização e aperfeiçoamento dos seus sindicalizados; lutar em defesa e fortalecimento da Escola Pública, democrática gratuita e de boa qualidade; concorrer subsidiariamente para o desenvolvimento profissional, cultural e social de seus sindicalizados.

A formação sindical é pauta de preocupação constante do SINTEP/MT. Observa-se que nela estão contidas questões como o direito dos trabalhadores da educação, o fortalecimento do movimento sindical e dos trabalhadores, defesa dos trabalhadores junto ao Estado, a formação contínua dos profissionais da educação e a defesa da escola pública, além da valorização profissional, cultural e social dos membros. Além das exigências mais pragmáticas, econômicas mesmo, entram outras que estão na chamada pauta de exigências ou reivindicações.

A formação é importante como constitutivo de uma identidade política e docente. Além dela, outro local de formação de uma identidade, através da práxis, são as greves. Nesse sentido, elas são essenciais até mesmo para a constituição de uma identidade política. Na opinião de Gadotti (2004):

[...] a greve é uma escola para a classe trabalhadora. Sob o ângulo político têm igualmente as greves sempre um saldo positivo: revelam a capacidade de uns e a incapacidade de outros na condução política. Novos líderes se formam na luta. Por isso, o atendimento ou não às reivindicações salariais não pode ser considerado como único indicador do sucesso de uma greve. (GADOTTI, 2004, p. 194)

As greves são uma espécie de batismo às novas lideranças, pois, por meio delas, nota-se a capacidade de argumentar, de persuadir, de convencer tanto o governo, quanto os próprios trabalhadores da educação sobre a importância das mesmas. Nas greves, as lideranças se fazem ou desaparecem, de acordo com a sua postura frente ao coletivo e frente ao governo. Disso decorre também a importância das paralisações, para que se possa avançar não só quanto ao aspecto econômico, mas em várias outras áreas dentro do movimento sindical. A greve

constitui-se, também, como um local de aprendizagem de formação, de contradições, de criação de frustrações, de engajamento político e da construção de um espaço pedagógico para a formação do professor.

No Estado de Mato Grosso, durante o ano de 2013, ficou patente a importância das greves e da atuação das lideranças. Nas assembleias, havia a preocupação das lideranças com seus discursos, com o posicionamento perante o coletivo dos profissionais da educação. Durante a greve que durou 67 dias, segundo o próprio sindicato, as atuais lideranças se manifestaram. As reivindicações foram palco de muita discussão e encaminhamentos do coletivo. Houve divergências e debates acirrados entre diferentes grupos, com diferentes posturas políticas dentro do coletivo sindical. Ao término da luta, com ganhos e perdas, sempre há um fortalecimento de laços, as experiências que ficam e a aprendizagem. É assim que o professor se faz, fortalece-se, solidariza-se, identifica-se e se manifesta.

A solidariedade de classe (onde todos se auxiliam, com as “caixinhas”), como antes anunciava pelo prof. Abicalil, fica patente no último movimento, como no acampamento, ocorrido em Cuiabá, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça. Lá, os professores, alojados em barracas, mesmo com toda a ajuda e organização, tiveram que enfrentar as intempéries, desânimos e cansaço, numa tentativa de chamar a atenção da sociedade. Mostraram à sociedade e ao governo que a categoria estava determinada em suas propostas. No final, houve um sentimento de vitória para o movimento sindical. Nesse momento, ficou clara a força que têm a união e a necessidade da construção de uma identidade política forte, que se fazem na luta, na reivindicação, evidenciando que o movimento sindical é peça fulcral para a construção.

Além do espaço público, o lugar da greve, das manifestações, das passeatas que dão visibilidade ao movimento e dos professores em sua luta reivindicatória, há sempre uma preocupação do movimento sindical com a formação e entendimento político de seus pares.

Por isso, o sindicato sempre se preocupa e atentou com a formação e participação dos trabalhadores da educação em seminários, para a sua formação política. É uma preocupação sindical para que os mesmos possam entender melhor as mudanças e transformações sociais pelas quais passa a educação. A participação em seminários promovidos pelo sindicato é importante, no sentido de atualizar seus sindicalizados e também de aumentar esse número.

Nessa vertente, aponto a afirmação de Souza (1996, p. 67) de que “a qualificação é uma construção coletiva. É no contato com colegas, pela troca de experiências, nos cursos, nos encontros, que se conquista o predicado de ser professor qualificado”. O movimento sindical tem lutado constantemente, houve avanços, talvez mais lentos do que desejam ou almejam os professores e a sociedade. A caminhada é longa em prol de uma sociedade mais justa, mais humana e ética, porém as bases estão sendo lançadas, mas, segundo as palavras do próprio sindicato, tem que existir “paciência revolucionária” para que uma nova visão ou proposta de sociedade se concretize, pois a luta não pode parar e os profissionais da educação estão cientes e tudo têm feito por isso (GOETTERT, 2011).

A formação sindical e política, dentro do movimento, proporciona momentos de reflexão e de construção de uma identidade, edificada num processo permanente de constituição inserido nas lutas, nas contradições de si e do mundo que permeiam os trabalhadores em educação. Há uma relação que não é posta ou dada, mas sim um contínuo processo situado nas relações em que o indivíduo estabelece com os outros e o remete a um projeto político de classes, muitas vezes, diferente do atual modelo instituído pelo Estado Neoliberal (SILVA, 2006). Um modelo alternativo que é pensado, discutido e debatido dentro do movimento sindical em suas formações, onde as desigualdades sociais possam ser eliminadas e uma sociedade mais justa e igualitária possa emergir.

### **Eixo 3 - O professor que participa ou participou do movimento sindical, no SINTEP/MT e sua compreensão sobre as influências da formação no chão da escola**

Para as análises, recorri aos dados das entrevistas dos professores que trabalham na sala de aula, ou seja, o prof. Eduardo Santana e o prof. Juanil Barros, nas escolas estaduais na cidade de Rondonópolis-MT.

Tive interesse, também, em saber o que pensam esses profissionais sobre o movimento e sobre as lideranças que os representam, bem como identificar qual a sua postura em sala de aula e as diferenças que o movimento sindical faz em suas identidades, ou no seu fazer-se professor. Para tanto, fui buscar, em cada professor,



a percepção de sua ação junto ao chão da escola, onde desempenha suas funções. Procurei nas falas das pessoas, primeiro do professor Eduardo Santana, formado em Letras e aprovado no concurso público do Estado em 1999, tendo assumido a função no ano seguinte. Esse professor leciona na Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Maria Elza Ferreira Inácio.

Recorri, também, ao professor Juanil Barros, formado em Geografia e prestes a se aposentar no ano de 2014. Ele trabalha na Escola Estadual Domingos Aparecido dos Santos, no Conjunto São José, em Rondonópolis, sendo um professor com vasta experiência e história de docência na escola.

Durante a nossa entrevista-narrativa, ao relatarem seus percursos profissionais e sua participação dentro do movimento sindical, pude fazer os recortes das entrevistas para analisar o posicionamento de ambos.

Relato primeiro a fala do professor Eduardo Santana, expondo o que ele pensa acerca do movimento sindical e a compreensão que tem sobre as influências do sindicato em sua formação:

[...] o papel do sindicato é fundamental, principalmente na questão da valorização profissional. É o sindicato que tem que, engajar nessa luta aí pela valorização profissional, mas, a valorização profissional, ela passa também pela nossa responsabilidade como profissional. (Entrevista – Prof. Eduardo Santana, out./ 2013)

A valorização da formação profissional docente, dentro do movimento sindical, é apontada pelo professor Eduardo Santana. Ele enfatiza que, além do sindicato, o professor deve também buscar a profissionalização, construindo uma identidade profissional. Identidade essa que deve e pode ser construída nas formações sindicais, naquilo que Nóvoa (1997) chama de dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente. Assim, o professor, ao se fazer, vai se constituindo numa perspectiva de trocas constantes que levam, muitas vezes, a rever posturas, pensamentos e atitudes, sejam elas em sala de aula e/ou fora dela. O professor Eduardo Santana vai ao encontro do que propõe Nóvoa (1997), quando argumenta:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à

construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1997, p. 25)

Em outras palavras, é preciso desenvolver o trabalho pedagógico e político dentro e fora da escola e do sindicato. Essas instâncias não podem caminhar separadas, elas estão imbricadas e se movimentam juntas. Precisam, assim, atender a demandas, tendo em vista um processo que signifique também a elevação da consciência de classe, despertar processos de lutas e práticas sindicais no sentido de maior conscientização dos filhos dos trabalhadores, pois eles são os discentes da escola pública. É preciso exercer uma militância, não somente no espaço sindical, mas também no cotidiano escolar, em sala de aula, pois, ao fazer uso da sua formação política, por meio das reflexões e posturas críticas, o professor possibilitará a melhoria nas condições de ensino, permitindo uma formação política crítica de seus alunos. Isso nem sempre aparece de imediato, mas não se pode desesperar e imaginar que tudo esteja perdido, pois mudanças têm ocorrido. Em sua fala, o professor da escola pública, Juanil Barros, relata:

[...] nós temos um problema, por exemplo, da falta de energia na nossa escola para o ar condicionado. Há quanto tempo está aquilo ali? Isso é competência do governo, o governo jogou a responsabilidade pra CEMAT, nós fomos pra rua e fizemos uma manifestação no mês de junho. [...], eu acho que aquilo lá foi muito legal porque aquilo lá não foi... Não partiu do interesse somente dos professores. No microfone estavam alunos, que reclamavam em voz alta pra comunidade ouvir falando “nossa, isso em educação não se faz”. Somente com propaganda. “Vocês estão falando que as escolas estão climatizadas, dê uma olhadinha na nossa escola”. Esse ano aparece lá um transformador dentro da escola, está lá instalado, um transformador que a gente tanto lutou durante muito tempo com tudo. Talvez isso nem seja consequência do nosso movimento, mas que está lá está. Foi um avanço que aconteceu, a escola mobilizou e o transformador apareceu. Então, acredito que o trabalho dos professores tem surtido efeitos nas cabeças desses alunos que são hoje potenciais lideranças para o futuro. (Entrevista – Prof. Juanil Barros, out./2013)

Pode-se evidenciar na fala do prof. Juanil Barros que, como os professores, ele tem sido exemplo para os alunos; à medida que os primeiros têm uma formação política, buscam, pesquisam e transformam com seus discursos e práticas o meio em que vivem e servem de modelo aos alunos.

Os professores, além de viabilizarem conhecimentos, disponibilizam suas práticas e acabam tendo um compromisso pedagógico e político com o trabalho

cotidiano e com a prática educativa. Há uma consciência de classe, despertada por meio dos cursos de formação que são levados para a escola e, posteriormente, refletidos em sala de aula e na comunidade, pois a conquista que, inicialmente, era da escola, passa a ser uma conquista da comunidade toda, uma vez que os filhos da classe trabalhadora, cuja maioria estuda na escola pública, descobrem a importância da luta, da união e da coletividade.

A partir dessas movimentações, esses alunos acabam conhecendo melhor a importância e a dimensão da coletividade, vão atrás de seus direitos, descobrem-se e se fazem lideranças e se veem sujeitos que podem mudar uma realidade social e política, por meio da prática aprendida no exemplo dado pelos professores em seu cotidiano escolar. Como afirma Souza (1996):

[...] ser professor não significa somente garantir a sobrevivência e formar os alunos, possui a dimensão da construção de um espaço comum em que os professores possam articular projetos que se apresentam como interesses comuns, construindo uma nova sociabilidade que só a ação pode instituir. (SOUZA, 1996, p.208)

Verifico, assim, como é importante a formação política que se dá no sindicato, pois esta consegue propor e articular uma nova sociabilidade, romper barreiras que muitas vezes parecem intransponíveis. Diante de um quadro adverso, em que temos visto os professores serem responsabilizados pelo fracasso escolar e pela alienação da escola frente aos problemas sociais, políticos e culturais, o sindicato é um baluarte na defesa dos interesses dos professores. Compactuo com Ribeiro (1995) ao apontar que a formação política dos professores “se dá na prática, isto é, na *ação material e objetiva, transformadora*, pela mediação da teoria, tanto enquanto conhecimento sobre a prática passada e presente, como enquanto finalidade, isto é, orientação da prática futura” (RIBEIRO, 1995, p. 69, grifo do autor).

A teoria e prática são fundamentais para maior percepção da realidade material e têm por objetivo transformações sociais. As indicações e lutas por transformações sociais, dentro do movimento sindical docente, são uma constante e várias são as teorias formativas que permeiam o sindicalismo docente e propõem uma nova sociedade. Dentre essas teorias, segundo Vale (2002, p.215), podem-se identificar “o marxismo, a teoria marxista *gramsciana*, da educação popular, e a teoria freiriana.” Além dessas vertentes teóricas, a autora cita também os principais teóricos que fundamentam as formações dentro do movimento sindical, dentre os

quais estão: Bourdieu e Passeron, Moacir Gadotti, Demerval Saviani, Bárbara Freitag. Esses teóricos, em sua maioria, são modelos de líderes que se pautam por transformações sociais e expressam possibilidades de mudanças dentro do modelo dominante vigente.

Dessa forma, o movimento sindical busca, nessas referências teóricas, modelos de alternativas sociais que possam ser discutidas e indicadas aos militantes. As leituras, os debates e discussões permitem maior esclarecimento e amadurecimento do coletivo que pretende mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, as formações sindicais são extremamente importantes para a politização dos sindicalizados. Mas essas formações precisam fazer com que os sindicalizados também se envolvam e levem as ideias de mudanças e rupturas com o sistema vigente para o chão da escola, que também é local de se fazer política e política sindical.

O movimento sindical já passou por altos e baixos em sua história. Em alguns momentos, verificou-se certo enfraquecimento e arrefecimento das mobilizações. Talvez, o sindicalismo combativo ou de confrontação tenha perdido um pouco de espaço, mas o movimento sindical ainda permanece ativo e defensor dos interesses dos trabalhadores da educação. Se durante as décadas de 1980-90, ele era mais combativo, devido a uma conjuntura histórica, atualmente o movimento sindical tem se reorganizado e se mostrado novamente participativo junto à coletividade e à sociedade civil, como um dos grandes defensores não só dos trabalhadores em educação, mas da sociedade civil organizada e as estratégias de participação têm avançado em várias direções.

As mobilizações, as chamadas pela imprensa televisiva e impressa têm sido usadas como novas estratégias de convocação aos profissionais da educação para debaterem sobre a qualidade da educação. Entendi que as lideranças têm um histórico de participação e envolvimento com movimentos políticos, muitas vezes, antes mesmo de sua participação no sindicato. O movimento sindical está enfraquecido, mas não derrotado, as lutas continuam, novas estratégias ou formas de lidar com o poder, com a estrutura econômica e o Estado foram organizadas. A formação político-pedagógica tem sido uma das formas de atuação do movimento sindical e os líderes têm mostrado uma clareza de que é importante a formação sindical para maior esclarecimento sobre o papel da escola pública e suas influências sobre a formação dos professores.

## 7 CONSIDERAÇÕES

As inquietações que surgiram durante o início da pesquisa perpassaram todo o processo de investigação, não cessaram no seu término. As inquietações permanecem, desafiando a minha curiosidade. Ao final, elas continuam a alimentar novos questionamentos que não serão respondidos na presente pesquisa, mas que servirão de caminhos para novos estudos, pois os caminhos traçados foram passagens que me levaram a novos lugares, novos saberes.

Os motivos que mobilizaram este estudo partiram dos âmbitos pessoal e profissional, tendo em vista que sou um educador e militante sindical. A minha história perpassa boa parte das origens do “novo sindicalismo”. Enquanto pesquisador, ampliei meu interesse em melhor conhecer as origens históricas do movimento sindical docente e a contribuição das lideranças históricas e a importância da formação política e sindical na constituição da identidade docente e política do professor. Assim, no que tange ao olhar de quem passa por dentro do movimento sindical e vive essa experiência, foi muito importante a leitura, análise e aprofundamento das questões que permearam meus objetivos dentro da pesquisa.

Para tanto, a questão do sindicalismo docente, objeto da presente análise, serviu para maior aprofundamento dos estudos e para trazer à tona as questões históricas relativas ao movimento do SINTEP em Mato Grosso, na voz dos militantes que participaram da dinâmica histórica de sua constituição. Constituição que passa pela formação dos sujeitos que participaram da presente pesquisa e que estiveram ativamente atuando nos movimentos sociais, seja na igreja, nos partidos políticos ou nos movimentos sociais, de uma maneira geral. Essa participação permitiu o crescimento e amadurecimento, através das formações realizadas nesses movimentos e que ajudaram a constituir uma identidade política docente. Devo lembrar que o SINTEP/MT ultrapassa o sindicalismo docente, pois abrange também os profissionais não docentes, ao tratar a todos como trabalhadores da educação. Contudo, esta pesquisa se ateve aos professores e à constituição da sua identidade política dentro do movimento sindical. Ao buscar a história do movimento sindical docente, mostrei como o mesmo se constituiu historicamente no Brasil e no Estado, para entender a importância dada às questões políticas, sociais, culturais e econômicas, mas também para perceber o papel desempenhado pela formação

política e sua importância enquanto geradora de maior consciência de classe e também de gênero.

A partir da história do movimento sindical docente no Brasil, foi possível também entender a relevância do movimento sindical docente e sua influência sobre a sociedade e como interfere, até mesmo, na maneira de se comportar, de ver e analisar o mundo do sujeito que está envolvido nesse processo.

O movimento sindical docente foi um dos movimentos sociais que auxiliaram a abertura política no Brasil, a partir de 1985, com debates, discussões, manifestações e greves que permitiram ver que, naquele momento, outro país era possível e necessário. As repercussões não ficaram somente nos grandes centros urbanos, mas se refletiram por todo o país, de maneira que fosse possível trazer ao interior do país uma “onda revolucionária” que ajudou a pensar uma nova forma de governar e uma nova forma de se fazer sindicato no Estado de Mato Grosso.

Por meio das mudanças ocorridas e no constante ir e vir migratório de pessoas, foi possível, também, mudar a maneira de perceber o movimento sindical em Mato Grosso, permitindo, assim, trocas de experiências e a possibilidade de se discutir uma nova forma de pensar e fazer o movimento sindical docente.

A coleta de dados, por meio de entrevistas narrativas, permitiu uma “viagem” através da história para poder conhecer e entender mais as origens do movimento sindical docente em Mato Grosso.

Assim, a partir desses relatos, parte da história do movimento sindical também foi resgatada através dos depoimentos das lideranças e valorização de um trabalho realizado por pessoas “comuns”, pois, como afirma Patai (2010, p. 19), “não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado.” Neste caso, todas as vozes colhidas tiveram igual importância para o estudo, pois todas possuem sentido dentro do tema proposto e permitiram ampliar o entendimento, com opiniões e visões de atores sociais diferentes.

São vozes ou falas que permitem entender melhor o jogo do poder, as histórias da Constituição e formação identitária, sejam elas dentro do sindicato, na escola ou no ambiente em que convivem os agentes históricos.

A viagem através da história foi importante para entender que *há uma política de formação e que ela foi pensada, planejada, organizada e posta em prática por pessoas que, ao longo da história do movimento sindical docente, fizeram-se presentes e foram vozes atuantes*. Essas vozes são fundamentais até o presente

momento, não só para o movimento sindical docente estadual, mas para o movimento sindical docente nacional. Por meio desses intelectuais, como o prof. João Monlevade, foi possível unir a prática com a teoria e vice-versa. Podemos afirmar que foi possível visualizar, com esses intelectuais, a pedagogia da práxis, numa percepção mais marxista do termo.

Os paradigmas das lideranças históricas incentivaram e incentivam, ainda, a formação de novas lideranças, que veem nos modelos algo a ser seguido e imitado. As lideranças históricas, apesar de terem seguido outros caminhos, não se desligaram totalmente do movimento sindical. Acompanham, trabalham e ajudam na formação de novos líderes sindicais. As lideranças históricas são o exemplo a ser seguido pelas novas lideranças e pelos demais militantes. O espírito de solidariedade, que o prof. Abicalil lembrou em sua fala, não se perdeu. Ele continua a animar e fortalecer o movimento sindical. Seja através da ajuda entre os sindicalistas históricos e os demais, ou entre os sindicalizados, durante as paralisações ou greves promovidas pela categoria.

As novas lideranças que se constituem dentro do movimento sindical, a partir da formação política, formam, na luta, nas contradições, na dialética dos conflitos, uma identidade e uma identidade política muito própria e característica de um movimento forjado no embate entre profissionais da educação e um Estado mínimo, proposto pelo capital e pelo neoliberalismo.

As questões que orientaram a presente pesquisa foram importantes para apontar os caminhos a serem seguidos e avançar na tentativa de respostas e melhor entendimento sobre as origens e como se processam a formação e a constituição de uma identidade docente e política. Para tanto, a colaboração dos meus sujeitos foi de extrema valia, com seus depoimentos e observações.

Mas, ainda existem muitos desafios lançados ao movimento sindical em Mato Grosso. Dentre eles, podemos destacar as tentativas de se formar novas lideranças que tenham abrangência estadual e nacional. A formação continuada, proposta pelo movimento sindical, tem o desafio de prosseguir com a formação política e auxiliar na constituição de uma identidade docente, através da militância sindical.

O grande desafio agora é o movimento sindical se manter forte, aumentar suas fileiras com militantes cada vez mais conscientes da sua importância e da importância da formação, para a constituição de uma identidade política. Somente dessa forma, será possível a construção de profissionais da educação cada vez

mais conscientes, críticos, que assumam a luta em defesa da educação de qualidade social, que defendam os interesses dos trabalhadores e que possam pensar e lutar por uma sociedade mais humana, justa e ética.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jaqueline da Silva. **A atuação do sindicato dos trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso-SINTEP/MT: Uma análise sócio-histórica (1988-2012)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

ALMEIDA, Maria Isabel. **Desenvolvimento Profissional Docente: uma atribuição que também é do sindicato**. (2000). Disponível em <https://www.anped.org.br/reunioes/23/textos04/2t.PDF> Acesso: 01/10/2013.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2003.

ANDRÉ, Marli (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática de professores**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2002.

ANTUNES, Ricardo L.C. **O que é Sindicalismo?** 10. ed. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense. 1985.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 15. ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

APPLE, Michael. **Manuais Escolares e Trabalho Docente: Uma Economia Política de Relações de Classe e de Gênero na Educação**. Lisboa (Portugal), Didáctica Ed., 2002.

ARENDT, Hanna. **O que é política?** 11 ed, Rio de Janeiro (RJ), Bertrand Brasil, 2013.

AROUCA, José Carlos. **O Sindicato em um Mundo Globalizado**. São Paulo: Ler, 2003.

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; Diniz, Cássio. O sindicato na sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. In: BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; Diniz, Cássio. **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí (SP), Paco Editorial: 2013.

BAUER, Martin W; JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (editores). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. – Petrópolis RJ: Vozes, 2. ed. 2003.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2010.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOITO JÚNIOR, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

CAPES. Banco de dissertações e teses. Disponível em <http://www.capes.gov.br> acessado nos meses de março, abril e maio de 2013.

CAMPTON, Mary; Weiner, Lois. Os sindicatos de professores e a justiça social. In: APPLE, Michal W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 437-450.

CARVALHO, Ademar de Lima. **Os Caminhos Perversos da Educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2005.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2012.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e avanços**. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: A interpretação de uma Mutação.** São Paulo: Edusp, 2009.

FAVRETTO, Ivone de Oliveira Guimarães. **A formação continuada dos professores em exercício nas escolas públicas de Rondonópolis-MT: Uma investigação sobre as instâncias formadoras.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2006. Cuiabá-MT, 2006.

\_\_\_\_\_, Ivone de Oliveira Guimarães; ROCHA, Simone Albuquerque da. Políticas de formação continuada a partir da escola. IN: ROCHA, Simone Albuquerque da (org.). **Formação de professores: licenciaturas em discussão.** Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FERRAZ, Marcos. Sindicalismo Docente no Brasil: Elementos para uma análise. In: GOUVEIA. Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos (orgs.). **Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios.** Curitiba, PR: Appris, 2012, p. 13-41.

FERREIRA JÚNIOR. Amarílio. **Professores e sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986).** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

\_\_\_\_\_, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985).** São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidade docente desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e pesquisa.** v. 32, n.2 p.225-240, maio/ago.2006.

\_\_\_\_\_, Márcia Ondina Vieira. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente. In: **Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 28, n.99, p. 377-399, maio/ago. 2007.

\_\_\_\_\_, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. In: **Educação em Revista,** Belo Horizonte, n.47, p.15-40, jun.2008.

FILGUEIRAS, Valéria Lucas. A formação continuada dos professores de História no contexto das políticas públicas para a Educação Básica em Mato Grosso. **Polyphonia,** v.21-1, jan./jun.2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos**. São Paulo, Revista Adusp, dez. 1996.

\_\_\_\_\_, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

GATTI, Bernardete. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo. V. 30, n.1, p.11-30, jan./abr.2004.

GUEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questão de método da construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GINDIN, Julián. Acerca das fontes de pesquisa bibliográfica sobre movimento sindical docente e educação na América Latina. In: GENTILI, Pablo e SUÁREZ, Daniel (orgs.). **Reforma Educacional e luta democrática: Um debate sobre a ação sindical docente na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_, Júlian. Estudos sobre Sindicalismo na América Latina e no Brasil. In: **Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil**. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_, Júlian. **Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México**. 2011.298p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical: programa de formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical**. 3. ed. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2011.

HENRIQUE, Virgínia Leite. **As transformações no mundo do trabalho e o sindicalismo brasileiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

IBARROLA, Maria de; LOYO, Aurora. Estructura del Sindicalismo docente em América Latina. In: TIRAMONTI, Guillermina; FILMUS, Daniel (coord.). **Sindicalismo Docente & Reforma em América Latina**. Buenos Aires: Ed. Temas, 2001.

LOURO Guacira. Mulheres em Sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997. 443-481.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical**: História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARCELO, Carlos. **Desenvolvimento Profissional Docente**: passado e futuro, Sísifo, 2009. Revista de Ciências da Educação, 08, pp.7-22. Disponível em: [http://sisifo, fpce.ul.pt](http://sisifo.fpce.ul.pt). Acesso em 04/03/2013.

\_\_\_\_\_, Carlos. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**, v.01, n.01, p.109-131, ago./dez. 2009. B

MARTINS, Maria Anita Vivian. **O professor como agente político**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1984.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

MASCARENHAS. Angela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia-GO: Alternativa, 2002.

MONLEVADE, João. **História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e Mato Grosso**. Programa de formação: Sintep Séc. XXI, Cuiabá-MT, 2001

\_\_\_\_\_, João Antonio Cabral de. Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil in: **Programa de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação**. São Paulo: fascículo V, 2007.

MORAES, José Valdivino. **Revista semestral Retratos da Escola/CNTE – A carreira e a gestão da escola: valorização e democracia**. Vol.3 n 5, Jul/Dez de 2009 p. 399-412.

NETTO, Miguel Rodrigues. **As transformações no mundo do trabalho e os reflexos do sindicalismo em Mato Grosso**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

NÓVOA, Antonio (coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, /IIE, 1997.

\_\_\_\_\_, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa; 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrea. O trabalho docente na América Latina: Identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n.2-3, p. 29-39, jan./dez.2008.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrativa autobiográfica: uma prática reflexiva na formação docente. **Anais do II Colóquio Nacional da AFIRSE – UNB** – set./2003. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufrn.br/ccsa/docente/conceicao/artpub1.pdf>>. Acessado em: 18 jul. 2013.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores - Saberes da docência e identidade do professor. **Revista Nuances**. Presidente Prudente (SP), V. III, p. 5-14, set. 1997.

PLACCO, Vera M. N. Souza; SOUZA, Vera L. Trevisan. Identidade de professores: considerações críticas sobre perspectivas teóricas e suas possibilidades na pesquisa. 2010. p 79-99. In: CORDEIRO, Aliciene Fusca M., HOBOLD, Márcia de Souza; AGUIAR, Maria Aparecida L. de. (Orgs). **Trabalho Docente: formação, práticas e pesquisa**. 2. ed. Joinville-SC: Editora Univalle, 2010.p 79-99.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em <http://www.lattes.cnpq.br> acessado nos meses de março, abril e maio de 2013.

POPKEWITZ, Thomaz S. Profissionalização e formação de professores: Algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA. António. (coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, /IIE, 1997.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**.

ROCHA, Simone Albuquerque. **Formação de professores em Mato Grosso: trajetória de três décadas (1977-2007)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

RODRIGUES, Sílvia Pileggi. **Práticas de formação contínua em Mato Grosso: da autonomia professoral à prescrição da política estatal**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica/SP, 2004.

ROLDÃO, Maria do Céu. Profissionalidade docente em análise- especificidades do ensino superior e não superior. **NUANCES UESP- Brasil**, junho de 2006.

ROSSO, Sadi dal; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.2(65), p. 111-131, maio/ago. 2011.

SACRISTÁN, J. GIMENO. Consciência e Acção sobre a Prática como Libertação Profissional dos Professores. In.: NÓVOA, António et al. (Orgs.). Tradução Irene Lima Mendes; Regina Coréia; Luísa Santos Gil. **Profissão professor**. 2.ed. Porto: Porto Editora Lda, 2008.

SANTOS, Maria Oliveira dos. **Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: Dilemas e perspectivas. **Póiesis Pedagógica**. v.9,n.1, p.07-19, jan./jun.2011.

\_\_\_\_\_, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos dos problemas no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n.40, p.143-155, jan./abr.2009.

SINTEP/MT. **Caderno de texto**, XV Congresso Estadual, Cuiabá (MT), 2013.

SCIELO. Banco de periódicos. Disponível em <http://www.scielo.br> acessado nos meses de março, abril e maio de 2013.

SILVA, Carmen Alice Chavarelli da. **A formação do professor mato-grossense- Considerações históricas preliminares**. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/134/125>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca. **As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, 2006.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Sou professor, sim senhor**: representações do trabalho docente. Campinas, SP: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_, Aparecida Neri. Movimento Sindical Docente: A difícil trajetória. In: Leite, Marcia de Paula (org.). **O trabalho em movimento**: Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SOUZA. Ruth Catarina de Souza; MAGALHÃES. Solange Martins Oliveira. A relação dialética entre (des) profissionalização e a (des)sindicalização docente. In: **IV Seminário da Rede Aste**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 18-20 de abril de 2013. Disponível em: < <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Souza2013.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

VALE, Ana Maria. **Diálogo e conflito**: A presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. "Formação de professores e os programas especiais de complementação pedagógica". In: CUNHA, M.I. da (org.) **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus.1999.

\_\_\_\_\_, Ilma Passos Alencastro & D'Ávila, Cristina Maria. (org.). **Profissão Docente**: Novos Sentidos, Novas Perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI. Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovsky; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **História da formação de professores no Brasil**: O primado das influências externas. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93\\_159.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf)>. Acesso em: 10 jun.2013.

VIEIRA, Josenilton. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente**. Tese de doutorado apresentada do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.



VIANNA, Cláudia Pereira. A produção acadêmica sobre organização docente: Ação coletiva e relações de gênero. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n.77, p.100-130, dez. 2001.

\_\_\_\_\_, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, 2001.

\_\_\_\_\_. Cláudia Pereira. **Os nós do “nós”**: Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

ZANON, Sérgio Henrique; ROCHA, Simone Albuquerque. **O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública como mais um locus formativo dos professores da rede pública de ensino em Mato Grosso**. Relatório PIBIC-Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica. Mato Grosso: EdUFMT, 2007.

## ANEXOS

Foto 1: Fim do acampamento do SINTEP/MT, em 17 de out.2013.



Fonte: SINTEP/MT

Foto 2: Assembleia em Rondonópolis para decidir o fim da greve, em 04 de out.2013



Fonte: SINTEP-MT - subsede Rondonópolis

Foto 3: Professor João Monlevade



Fonte: Acervo do Autor

Foto 4: Formação dos trabalhadores em educação, promovida pelo SINTEP/MT - subsede de Rondonópolis em 01 de jun. de 2013.



Fonte: Acervo do Autor

Foto 5: Manifestação em 10 de out.de 2013.



Acervo: SINTEP/MT



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Rondonópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ portador (a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, como parte de pesquisa do mestrado de Eder Carlos Cardoso Diniz: **SINDICALISMO, DOCÊNCIA E FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR**, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Simone Albuquerque da Rocha, pesquisa esta vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis. Autorizo ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações. Bem como autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle de guarda à Universidade Federal de Mato Grosso.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes sobre o citado material, subscrevo a presente.

---